

Julia Bassan Franco

**AUSTRÁLIA E O REGIME DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ANÁLISE DAS  
TOMADAS DE DECISÕES**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade de  
Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito  
para obtenção do título de Bacharela em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Mariana Dalalana Corbellini

Santa Cruz do Sul

2023

## RESUMO

Com o mundo cada vez mais unido e globalizado, se torna gradativamente mais difícil para os líderes dos governos tomar decisões. Isto se deve à crescente realização que muitas das ações tomadas em meio doméstico afetam outros no meio internacional, especialmente em áreas com consequências globais como o meio ambiente e as mudanças climáticas. Países como a Austrália mostram decisões que contradizem sua realidade ambiental, levantando a questão de porque isto ocorre neste caso em específico. Considerando a recente relevância das mudanças climáticas, a situação ambiental única da Austrália e tendo como base a Teoria de Regimes Internacionais e a Teoria de Jogos de Dois Níveis, o presente trabalho tem como objetivo descobrir como o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos de 1992 até 2023 dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas. Para isto se utiliza da metodologia dedutiva em um estudo de caso, possuindo como forma de coleta de dados a pesquisa descritiva e a pesquisa bibliográfica. Analisando ambas linhas do tempo do Regime em questão e dos governos australianos, é possível compreender as motivações por trás das ações de cada governo. Desta forma, o presente trabalho demonstra como é impossível tomar decisões sem sofrer consequências em ambos os tabuleiros, identificando as principais peças do jogo e evidenciando o aumento de poder do Regime Internacional de Mudanças Climáticas.

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas. Austrália. Regimes Internacionais. Jogo de Dois Níveis. Tomada de Decisão

## **ABSTRACT**

With the world getting more united and globalized, it becomes gradually more difficult for government leaders to make decisions. This is due to the growing realization that many of the actions taken at the homeland have international effects, especially in fields with global consequences such as the environment and climate change. Countries like Australia display decisions that contradict with their environmental reality, raising the question of why this occurs in this specific case. Considering the recent relevance of climate change, the unique environmental situation of Australia and based on the Theory of International Regimes and the Theory of Two-Level Games, the present work aims to discover how the domestic board and the international board influence the decisions of the Australian government from 1992 to 2023 under the International Regime on Climate Change. For this, the deductive methodology is used in a case study, using descriptive research and bibliographical research as ways of data collection. Analyzing both the timelines of the Regime in question and that of the Australian governments, it is possible to understand the motivations behind the actions of each government. In this way, the present work demonstrates how it is impossible to make decisions without suffering consequences on both boards, identifying the main pieces of the game and showing the increase in power of the International Regime on Climate Change.

**Key Words:** Climate Change. Australia. International Regimes. Two-Level Games. Decision Making

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	Agência Central de Inteligência [dos EUA]
COP	Conferência das Partes
CPRS	<i>Carbon Pollution Reduction Scheme</i>
CSIRO	<i>Commonwealth Science Industrial Research Organisation</i>
DCCEEW	<i>Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water</i>
EITE	<i>Emissions-Intensive, Trade-Exposed</i>
ETS	Esquema De Comércio De Emissões
GEE	Gases de Efeito Estufa
MPCCC	Comitê Multipartidário de Mudanças Climáticas
NEG	Garantia Nacional de Energia
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCLIMA	Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo
UCMP	<i>University of California Museum of Paleontology</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i> (Fundo Mundial para a Natureza)

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 -	Mapa De Territórios E Biomas Da Austrália	34
Figura 2 -	Mapa Dos Principais Rios Da Austrália	36
Quadro 1 -	Lista De Primeiros-Ministros Da Austrália 1992-2022	41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
1.1 Problema de pesquisa	8
1.2 Objetivos	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos específicos	8
1.3 Justificativa	9
1.4 Metodologia	9
<b>2 BASE TEÓRICA DO ESTUDO DE CASO</b>	<b>12</b>
2.1 Neoliberalismo nas Relações Internacionais	12
2.2 Teoria de Regimes Internacionais	15
2.3 Teoria de Jogos de Dois Níveis	18
<b>3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS</b>	<b>24</b>
3.1 Mudanças Climáticas	24
3.2 Conferências e Convenções Ambientais	27
<b>4 ESTUDO DE CASO: AUSTRÁLIA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b>	<b>33</b>
4.1 Panorama Geral da Austrália	33
4.2 Legislação e Governo na Teoria e na Prática	38
4.3 Partidos e Primeiros-Ministros	40
4.3.1 Paul Keating	42
4.3.2 John Howard	43
4.3.3 Kevin Rudd	45
4.3.4 Julia Gillard	47
4.3.5 Tony Abbott	49
4.3.6 Malcolm Turnbull	50
4.3.7 Scott Morrison	52
4.3.8 Anthony Albanese	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Existem várias pesquisas de diversas organizações internacionais que dão suporte à existência de mudanças climáticas. De acordo com Jacobi et al. (2020), o ano de 2019, por exemplo, foi o segundo mais quente já registrado na história segundo a OMM - Organização Meteorológica Mundial. Além da década passada ter apresentado recordes no aumento do nível do mar, diminuição significativa de gelo nos polos, condições climáticas extremas em algumas partes do planeta e ainda acidificação dos oceanos. O PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2019) diz ainda que a temperatura média atual do planeta está 1,1 °C maior do que a registrada no início do século passado. Especificamente na Austrália, alguns pontos se destacam, com 2019 sendo o ano mais quente e seco já registrado até aquele momento, o que ajudou para que os incêndios florestais característicos das estações de seca<sup>1</sup> fossem tão destruidores (JACOBI et al., 2020).

A Austrália, especificamente, além de ser um dos maiores países em termos de território, é também de extrema importância do ponto de vista ambiental. Grande parte de suas espécies catalogadas, tanto animais quanto vegetais, são endêmicas do país em questão. Apenas em 2020 mais de 700 espécies foram propriamente nomeadas e catalogadas. As mudanças climáticas e suas consequências têm afetado grandemente o país, seu povo e seu ecossistema. Algumas das principais consequências são ondas de calor, mudanças nos ciclos de vida e distribuição das espécies, possível perigo para a Grande Barreira de Corais<sup>2</sup> através do aumento da temperatura dos oceanos, entre outros. Porém, apesar de ser muito afetada pelas mudanças climáticas, a Austrália se encontra entre os maiores emissores de gases do efeito estufa no mundo, em especial de gás carbônico (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2021).

O carvão mineral, uma das principais e mais poluentes indústrias do país<sup>3</sup>, causa certo conflito interno nas tomadas de decisões. Muito do que é feito pelos governos é influenciado pela indústria que, por conta da maneira como funciona, é extremamente contra muito do que precisa ser feito para preservar o meio ambiente. Graças ao seu tamanho, muitos empregos e renda são gerados pelo setor, criando assim a necessidade de balancear o que é feito pelo

---

<sup>1</sup> Incêndios pequenos fazem parte do ciclo de vida da vegetação local, porém incêndios de tal proporção são apenas destrutivos. Melhor explicado no tópico 3.1 Mudanças Climáticas.

<sup>2</sup> Considerada como uma das sete maravilhas do mundo moderno e um patrimônio mundial da humanidade, pode ser vista do espaço e se trata do maior organismo vivo do planeta.

<sup>3</sup> A indústria de mineração em geral é um dos pilares do país, tendo ocupado no passado a posição de segundo maior exportador de ouro.

governo nas áreas e assuntos relacionados à indústria em questão (DW, 2020). Com tudo isso em jogo, acaba se tornando importante estudar as influências existentes sobre as ações e decisões governamentais no que diz respeito ao meio ambiente e as mudanças climáticas.

Para a análise do caso apresentado, foi escolhida como base teórica a Teoria de Regimes Internacionais e a Teoria de Jogos de Dois Níveis. O foco principal é, então, a pressão que tanto o tabuleiro internacional quanto o tabuleiro nacional têm sobre as decisões dos governos australianos<sup>4</sup> em relação ao meio ambiente, em especial as mudanças climáticas. Com o Regime de Mudanças Climáticas sendo mais desenvolvido e determinado a partir da Eco-92<sup>5</sup>, um recorte de tempo mais completo seria a partir do ano de 1992 até os dias atuais.

## **1.1 Problema de pesquisa**

De que maneira o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar como o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Compreender os instrumentos envolvidos com a questão ambiental por meio da Teoria de Regimes Internacionais.

- Expor as semelhanças, contradições e divergências entre os governos do período estudado, levando em conta o partido de cada primeiro-ministro.

---

<sup>4</sup> Dentro do parlamento australiano, o governo não é simplesmente todo o poder executivo, mas sim o grupo que se forma como aliado do primeiro-ministro enquanto o resto dos parlamentares formam a oposição. Sendo assim, um novo governo se forma a cada mudança de primeiro-ministro, com “os governos” se referindo a mais de um governo da história australiana. Mais informações em 4.2 Legislação e Governo na Teoria e na Prática.

<sup>5</sup> Também chamada de Cúpula da Terra, foi a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Mais informações na seção 3.2 Conferências e Convenções Ambientais.

- Mapear os atores do tabuleiro doméstico envolvidos no jogo analisado.

### **1.3 Justificativa**

Qualquer acontecimento de grande escala envolvendo o meio ambiente não é algo que afeta apenas o país em que o incidente ocorreu, mas sim todo o mundo. Entender algo que implica em consequências globais é uma necessidade, principalmente nestes últimos tempos em que pautas ambientais estão em alta. Mudanças climáticas são também um assunto relativamente novo na agenda internacional, tendo ganhado força nas últimas décadas por conta do quão importante preservar o planeta acabou se mostrando. Estudar um fenômeno não apenas possibilita sua compreensão, mas também sua transformação.

Mais do que apenas acordos internacionais, as ações que um governo toma em relação a pautas consideradas como essenciais por seus aliados, influencia muito na maneira como a nação em questão é vista e como os outros países agirão em relação a ela. Organizar suas ações de acordo tanto com seus objetivos internos quanto com a ordem mundial é de extrema importância e mostra que os acontecimentos internos de um país não se limitam mais apenas ao mesmo devido a hiperconectividade do paradigma atual do mundo. Devido a isso, analisar como grupos de interesse influenciam as ações e as possibilidades dos governos é algo a ser feito para compreender a maneira como o mundo se move atualmente. É preciso então compreender como o tabuleiro internacional, o externo, exerce sua pressão sobre uma nação enquanto o tabuleiro doméstico, o interno, força sua própria pressão sobre as decisões tanto internas quanto externas do país.

### **1.4 Metodologia**

Como metodologia, o presente trabalho utiliza a abordagem do método dedutivo, que consiste em analisar um objeto de pesquisa, situação ou fenômeno, para então tirar conclusões sobre o mesmo. A escolha é feita quando o objetivo do trabalho é encontrar uma resposta geral ou conclusão para o tema abordado. Em par com o método dedutivo, foram utilizadas as pesquisas descritiva e bibliográfica, sendo que a primeira trata da análise, registro e interpretação dos fatos sem que o pesquisador interfira com os mesmos, enquanto a segunda consiste em pesquisas em artigos, livros e outras fontes acadêmicas. Sendo assim, este tipo de pesquisa trata de descrever o objeto de estudo e sua importância sem alterá-lo ou influenciá-lo

de maneira direta (GIL, 2008). O trabalho se trata ainda de um estudo de caso, método de pesquisa mais focado em trabalhar com delimitações específicas que formam um “caso”. Sendo assim, seria então uma forma de estudar mais a fundo um fenômeno sem a intervenção de acontecimentos fora do que se pretende avaliar (YIN, 2015).

O trabalho de pesquisa em questão se dispôs a descobrir como o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos de 1992 até 2023 dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas. Como já mencionado anteriormente, é a partir de 1992 que pode ser visto com maior intensidade a preocupação em prol do meio ambiente e quando ocorre a ECO-92, um grande marco nessa jornada e a segunda em uma longa linha de conferências feitas com a proteção do meio ambiente como objetivo. Todos esses pontos dizem respeito inclusive sobre a Austrália, país que foi escolhido como objeto de estudo por conta do contraste entre sua importância ambiental e a poluição que emite e , também, por conta da maneira como tal fato afeta o resto do mundo. Foram estudados pontos como: a situação ambiental da Austrália, as semelhanças, contradições e divergências entre os governos do período estudado, levando em conta o partido de cada primeiro-ministro, documentos oficiais em relação às mudanças climáticas, entre outros, para que fosse possível chegar à resposta do problema apresentado. Para encontrar documentos que possuam as informações necessárias foram feitas uma busca dentro dos próprios sites pertencentes ao governo australiano por relatos das ações dos governos, artigos de terceiros sobre os assuntos pesquisados, documentação e afins das próprias convenções e reuniões, além de dados informados por ONGs e outras organizações relevantes, entre outras fontes que se mostraram informativas.

Os temas abordados variam de analisar os governos dos anos em questão, as convenções sobre meio ambiente, as catástrofes e acontecimentos ambientais ocorridos em território australiano no período estudado, os fatores de interesse em tais questões, tanto internos quanto externos e a maneira como eles se relacionam. Durante o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas fontes variadas para cada capítulo. Para o capítulo 2 BASE TEÓRICA DO ESTUDO DE CASO, que é dividido em três seções, foram utilizados variados artigos e obras focados no neoliberalismo das relações internacionais. Na seção 2.1 foram principalmente utilizados artigos baseados nas obras “*After Hegemony*” de Robert Keohane e “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” de Keohane juntamente à Nye. Na seção 2.2, focada na Teoria dos Regimes Internacionais, foi utilizado como base principal a obra escrita em 1982 de Stephen Krasner “Causas estruturais e consequências dos regimes

internacionais: regimes como variáveis intervenientes”, versão traduzida de 2012, assim com um artigo mais recente para melhor conexão com a atualidade. A parte referente à Teoria dos Jogos de Dois Níveis (seção 2.3) foi articulada de acordo com as ideias do criador da teoria, Robert Putnam, e variados artigos que o utilizaram como base teórica. Para o capítulo 3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, dividido em duas seções, fontes oficiais foram utilizadas ao lado de fontes acadêmicas, a exemplo de relatórios de análise ambiental e de documentos como o próprio Acordo de Paris. Já o capítulo 4 AUSTRÁLIA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS utilizou ainda sites de notícias além das fontes previamente mencionadas, com o site da CIA - Agência Central de Inteligência [dos EUA] e a Constituição da Austrália sendo alguns exemplos.

## 2 BASE TEÓRICA DO ESTUDO DE CASO

Ao se analisar o que leva um país a fazer suas escolhas, faz-se importante a consideração de variáveis internas e externas que podem ter influenciado tais decisões. Para isso, o presente capítulo foi dividido em três sub-seções para melhor entendimento do assunto. A contextualização do ambiente em que o Estado está inserido é inicialmente feita na seção 2.1 Neoliberalismo nas Relações Internacionais, através de uma explicação, como o título sugere, do neoliberalismo nas Relações Internacionais e sua forma de compreender e enxergar o mundo. Após a exposição geral da visão de mundo, sendo mudanças climáticas uma preocupação de escala global que ultrapassa as fronteiras físicas de qualquer nação, estudar os regimes internacionais acaba se tornando crucial para uma análise mais completa assim como uma forma de explicitar sua pressão e influência sobre os Estados, o que é feito na seção 2.2 Teoria de Regimes Internacionais. O capítulo se completa com os termos e ideias apresentados na seção 2.3 Teoria de Jogos de Dois Níveis, onde é aprofundada a relação entre o âmbito internacional e a realidade doméstica de uma nação, assim como a influência de tal relação sobre o governo local, pela teoria de jogos de dois níveis de Robert Putnam.

### 2.1 Neoliberalismo nas Relações Internacionais

Diferentes vertentes teóricas das Relações Internacionais compreendem o mundo de diferentes formas ao interpretar sua movimentação de variadas maneiras. Para o neoliberalismo e seus teóricos, a exemplo de Keohane<sup>6</sup> e Nye, o mundo em que vivemos possui uma ordem mundial anárquica<sup>7</sup> em que os Estados possuem a maior relevância como atores, agindo como principal, mas não único, influenciador dos fenômenos do sistema internacional. Em sua posição de poder, os países agem de acordo com seus próprios interesses, sendo egoístas em suas motivações mas ainda assim dispostos a cooperarem uns com os outros. Tal disposição à cooperação e ao estabelecimento de relações na esfera internacional vem de um entendimento de que é impossível ou inviável se manter apenas com ações egoístas, afirmação essa baseada no reconhecimento da cooperação internacional

---

<sup>6</sup> O livro de Robert Keohane publicado em 1984 intitulado *After Hegemony* é considerado um livro referência em estudos neoliberais, assim como um grande marco no debate entre neoliberalismo e neo-realismo (debate neo-neo).

<sup>7</sup> Tal noção já havia sido antes apresentada pelo Realismo clássico e suas vertentes posteriores, sendo então uma das noções adotadas pelos liberais ao desenvolverem o neoliberalismo.

multilateral como recurso indispensável para atingir seus próprios objetivos (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013).

A noção de mundo do neoliberalismo não foi formada aleatoriamente, mas sim baseada em acontecimentos da época. Segundo Keohane (1984), após as guerras mundiais, os Estados Unidos da América se estabeleceram como a grande potência do mundo, algo em conformidade com o teorizado pelos neorealistas. Entretanto, a ascensão da União Soviética e o começo da Guerra Fria servem como ponto inicial para a popularização dos acordos e negociações entre diferentes nações para apoio mútuo. A criação da ONU e posteriormente da OTAN, assim como diversas alianças políticas-econômicas da época, acabaram por ir contra a lógica hegemônica neo-realista, dando força à teoria de mundo liberal. É neste ponto que a teoria neo-liberalista se forma, utilizando muito do idealismo<sup>8</sup>, tendo porém algumas ideias realistas adicionadas à sua base teórica. O crescimento da cooperação como forma maior de acúmulo de poder foi o que ampliou a popularidade da recém idealizada teoria neoliberal (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013).

A nova maneira com que os Estados passaram a compreender o sistema internacional se deve ao chamado “tripé institucional” da teoria neoliberal. Interdependência Complexa (IC), instituições e regimes internacionais são três conceitos que agem como base do mundo neoliberal. O conceito de (i) Interdependência Complexa explicaria a nova postura dos governos de levar em consideração as necessidades uns dos outros; com as (ii) instituições sendo responsáveis por fiscalizar as ações tomadas; e por fim os (iii) regimes sendo formados como tentativa de padronizar os objetivos e decisões das nações. Cada um destes tópicos possui características únicas que se conectam entre si, enfatizando a necessidade de compreendê-los tanto em conjunto quanto separadamente, sendo eles responsáveis pela nova realidade vivida na atualidade (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013).

O conceito de (i) Interdependência Complexa (IC), em especial a própria palavra "interdependência", vem cada vez mais ganhando espaço no atual mundo globalizado. A interdependência em si determina uma situação de dependência mútua, onde ambas as partes influenciam a outra. Em uma situação onde as partes estão presentes no sistema internacional, se trata da relação de interesse mútuo com consequências para todos os países ou atores internacionais envolvidos. Tais consequências podem ser tanto positivas quanto negativas por

---

<sup>8</sup> O Idealismo nas relações internacionais diz respeito à vertente de pensamento criada a partir dos ideais do ex-presidente norte-americano Woodrow Wilson, tendo sido criado logo após a Primeira Guerra Mundial. Também chamado de Idealismo Liberal, busca compreender as causas das guerras e como impedi-las.

conta da complexidade das relações criadas ou fomentadas pela globalização e pelo mundo conectado em que vivemos. As ações de um país podem afetar outros Estados de forma econômica, política ou ainda ambiental. Isso faz com que qualquer decisão tomada por uma nação seja avaliada por seus vizinhos e possa até ser barrada caso lhes causem consequências negativas. A Interdependência Complexa não existe apenas na esfera de cooperação, mas também nos conflitos e esferas onde a cooperação se torna difícil, tudo por conta da vulnerabilidade que os Estados têm aos efeitos das escolhas alheias (RANA, 2015).

A Interdependência Complexa neoliberal possui ainda três características principais de acordo com Keohane e Nye e seu livro *“Power and Interdependence: World Politics in Transition”* de 1977<sup>9</sup>. A primeira delas seria os múltiplos canais em que os países estão conectados na atualidade, com não apenas as relações entre governos sendo importantes mas também as relações de outros grupos como empresas multinacionais e afins que acabam moldando parte das políticas nacionais ao criarem ainda mais possibilidades de impactos e consequências para os países. A segunda característica apontada por Keohane e Nye (1977), ausência de hierarquia, se refere tanto à política doméstica quanto à política internacional e seus respectivos assuntos terem a mesma importância e requererem atenção de forma igual por parte de seus tomadores de decisão. Isso se deve, principalmente, ao fator de consequência que as ações tomadas em uma esfera de decisão têm sobre a outra de forma equivalente. A terceira e última característica seria a diminuição da importância do poderio militar, fator consequência do aumento da complexidade do mundo globalizado interconectado (RANA, 2015).

A interconectividade e os protocolos criados pela interdependência complexa não são escritas em nenhum tipo de documento, o que pode ocasionar incertezas nas tomadas de decisões, assim como abrir espaço para assimetrias ao permitir maior vantagem aos mais fortes. É com tal realidade incerta que as (ii) Instituições e suas capacidades ganham foco e importância à medida que intermediam conflitos de interesse, sendo responsáveis por mover os Estados em direção a cooperação pacífica. As Instituições Internacionais, diferentemente das nações, teriam práticas e padrões mais definidos. Isso torna mais simples a identificação de tendências e probabilidades. Ainda de acordo com Keohane (1977), as Instituições

---

<sup>9</sup> Não confundir com o anteriormente mencionado *After Hegemony* de 1984 com autoria puramente de Keohane. *Power and Interdependence: World Politics in Transition* de 1977 foi escrito através da colaboração de Robert Keohane e Joseph Nye e se trata de uma obra completamente diferente.

teriam funções específicas tornando-se atores secundários mas não ignoráveis no sistema internacional (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013).

Um exemplo para a importância das Instituições e suas relações com a Interdependência seriam as instituições ambientais. Seguindo este exemplo, as instituições regulamentam e fiscalizam os comportamentos dos Estados, seus governos e outros fatores domésticos pertencentes aos países em questão para que não causem consequências negativas ao meio ambiente. Uma Instituição com foco em recursos hídricos transnacionais iria então especificamente tentar proteger os recursos hídricos de determinada região, tentando também deter ou dificultar a criação de conflitos fronteiriços por conta do efeito interdependente da utilização de tais recursos. Organizações internacionais, acordos assinados por Estados, bem como regras informais e de conduta podem ser considerados como Instituições pelos neoliberais (SANT'ANNA, 2009).

Por fim, (iii) os Regimes Internacionais seriam formados a partir da disseminação de certa forma de agir e pensar e, apesar de terem certas características em comum com as instituições, podem e devem ser estudados como um fenômeno separado afetado ou até criado pelas Instituições e pela Interdependência Complexa (CAMARGO; JUNQUEIRA, 2013). Os pormenores, as características e possibilidades dos Regimes, assim como seu poder sobre as nações e as tomadas de decisão, à medida que intermediam conflitos de interesse. A ampla gama de teorias voltadas ao entendimento dos Regimes, sua natureza e consequências são então tratados na subseção seguinte.

## **2.2 Teoria de Regimes Internacionais**

Regimes internacionais são, de forma geral, regras, princípios e normas que regem a tomada de decisões de determinados países do sistema internacional. Se trata da influência causada por fatores como valores, interesse, poder e uma visão focada nas consequências a longo prazo. Pode-se afirmar então que os regimes facilitam a cooperação em determinados aspectos e a formalização de acordos ao pressionar atores internacionais, em especial Estados, a tomarem determinadas decisões que iriam priorizar o bem maior a longo prazo ao invés do bem particular do próprio Estado no curto prazo (KRASNER, 2012). No debate da teoria de regimes internacionais pode-se citar duas grandes linhas de pensamento a favor de diferentes regimes, com cada uma tomando atitudes próprias no que diz respeito à sua relevância existencial, uma mais otimista e uma mais neutra.

Na linha de pensamento mais otimista de regimes, Krasner (2012)<sup>10</sup> usa principalmente as definições e opiniões de Oran Young, Donald Puchala e Raymond Hopkins para explicar a posição dos pensadores de tal viés. Para eles, um regime internacional se trata de uma característica ou fenômeno que é disseminado pelo sistema internacional assim como por todos os sistemas políticos. Seria então um padrão comportamental que perdura por um longo período, ou seja, um regime é sempre compatível com o padrão ou norma predominante no sistema em que o regime se encontra. Em seu artigo, Krasner (2012, p. 270) traz uma citação feita por Hopkins e Puchala (1982):

[...] Regimes existem em todas as áreas temáticas, mesmo naquelas em que há grande rivalidade de poder, vistas tradicionalmente como exemplos nítidos de anarquia. Os estadistas quase sempre se sentem restringidos por princípios, normas e regras que prescrevem e proscrevem diferentes comportamentos.

Os campos de estudo das Relações Internacionais são muitas vezes divididos entre conflitantes e não-conflitantes, sendo elas, respectivamente, situações em que se espera individualismo promovido por interesses divergentes e comunhão promovida por interesses convergentes. Entretanto, para os teóricos desta linha mais otimista, os Regimes Internacionais têm o poder de influenciar até mesmo o mais conflitante dos assuntos e trazer uma padronização nas decisões e comportamentos dos Estados. Além disso, as elites das nações, suas capacidades transnacionais e seus poderes atuam como influenciadores nas decisões de seus governos, fazendo o pensamento comum de tal população atuar de dentro para fora, modificando assim os padrões comportamentais internacionais. Sendo assim, a existência dos Regimes seria uma certeza, eles podem ser facilmente explicados e necessitam apenas serem descritos (KRASNER, 2012).

Para a visão mais intermediária e neutra dos Regimes Internacionais, Krasner (2012) utiliza-se do que foi estabelecido por Arthur Stein (1982), Robert Keohane (1982) e Robert Jervis (1982). A definição deles de Regimes Internacionais é feita em um mundo muito parecido ao da realista estrutural convencional. Os neoliberais possuem, porém, uma interpretação diferenciada da moldada pelos estruturalistas<sup>11</sup>. Por esse motivo a linha de pensamento em questão seria chamada de Estrutural Modificada. A linha teórica pode ser

---

<sup>10</sup> Stephen Krasner, até hoje utilizado como referência no estudo dos regimes internacionais, escreveu seu artigo *Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables* em 1982 com a versão traduzida utilizada no presente trabalho sendo lançada em 2012.

<sup>11</sup> O realismo estrutural, também chamado de neorealismo, é baseado principalmente em Kenneth Waltz e seu livro de 1979, *Theory of International Politics*. Normalmente associado com o neoliberalismo como forças opostas, seus teóricos defendem, principalmente, que o poder é o fator mais importante nas relações internacionais.

resumida na frase utilizada por Krasner (2012, P.98) onde ele diz: "Em um mundo de estados soberanos, a função básica dos Regimes [Internacionais] é coordenar o comportamento dos estados no sentido de alcançar os resultados desejados em áreas particulares de interesse".

Identifica-se em tal mundo de Estados soberanos uma atração pelos Regimes e pela coordenação que eles promovem ao se verificar que resultados antes impossíveis se tornam alcançáveis com o trabalho em equipe. O mundo cada vez mais conectado e interdependente promove cada vez mais o crescimento dos Regimes e demonstra como o pensamento individual não seria a melhor opção para áreas de interesse mútuo ou comum. Entretanto, em áreas mais autônomas ou individuais, como o exemplo da segurança nacional, a possibilidade de um Regime Internacional se torna menor ou nula. Isto acontece por serem assuntos em que o principal objetivo é se diferenciar ao máximo e tem como principal motivação a garantia de sua existência dentro do sistema de poderes internacionais. Como resultado, seria então observado que os Regimes são reais e úteis nas áreas em que podem ser aplicados (KRASNER, 2012).

É possível para um assunto de interesse e relevância global ter sua importância notada pelo mundo como um todo, mas ainda assim ser um assunto conflitante por conta das áreas que ele impacta. A exemplo disto podemos citar o meio ambiente e seu conflito com a economia dos países por conta de sua relação com recursos naturais, produção e consumo. Segundo Machado e Santos (2009), pode ser observado que o modo de produção atual não é sustentável a longo prazo e que o planeta não aguenta tal estilo de vida. Por esse motivo, se forma um regime para reger a defesa dos recursos ambientais comuns, além de inúmeros sub-regimes menores para áreas mais específicas, a exemplo do Regime de Mudanças Climáticas. Por se tratar de um fator onde um incidente em uma parte do mundo pode afetar negativamente ou positivamente uma parte completamente distante, a forma como uma nação interage com seu ecossistema natural pode ser considerado um interesse global (MACHADO; SANTOS, 2009).

Qualquer grande interação de um governo com o seu território tende a ter motivações econômicas e monetárias, fazendo com que a esfera ambiental interaja com a esfera econômica. Contudo, modificar sua maneira de fazer negócios, em prol de uma gestão ambiental mais positiva a outros agentes, e manter a economia fluindo não é algo simples e encontra seus obstáculos. Principalmente no que se refere às prioridades nacionais dos Estados envolvidos que mais seriam afetados por tais mudanças em prol do meio ambiente. A pressão feita pelos Regimes Internacionais pode ser observada ao reconhecer que inúmeros

países resistentes às questões climáticas acabaram aderindo a diversos acordos internacionais e cedendo a diversas medidas ambientais para entrar em conformidade ao defendido pelos demais agentes do sistema internacional (MACHADO; SANTOS, 2009).

Levando em consideração que as necessidades e pressões do resto do mundo podem acabar entrando em conflito com as necessidades e pressões internas, torna-se necessário para os governos nacionais equilibrar as duas demandas de forma a tomar decisões aceitáveis para todos. Enxergar como uma ação interna seja vista pelo sistema internacional é crucial antes de uma tomada de decisões. Por outro lado, uma ação tomada no âmbito internacional irá muitas vezes, senão sempre, afetar o âmbito doméstico do Estado, fazendo com que tais decisões fiquem abertas a protestos e pressão contrária a sua efetivação. O estudo da relação entre política doméstica e política externa, como feito pela teoria dos jogos de dois níveis de Putnam (1988), exemplifica o quão delicada é a balança de influência interna e externa em um governo nacional e seu posicionamento internacional.

### **2.3 Teoria de Jogos de Dois Níveis**

A teoria de jogo de dois níveis criada por Robert D. Putnam, cientista político e professor de Harvard, foca na relação entre política doméstica e as relações internacionais e como uma afeta a outra. Em vez de trabalhar em qual determina qual, Putnam em seu artigo “Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis” de 2010<sup>12</sup> aborda como essa influência mútua acontece, quando ocorre e porque ocorre. Ele parte do pressuposto que às vezes uma interfere na outra, com tal intervenção podendo ser iniciada por qualquer um dos lados e encontrando o seu encerramento em qualquer direção. Ele explica ainda que:

A luta política de várias negociações internacionais pode ser útilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 5).

---

<sup>12</sup> A versão original em inglês foi feita em 1988, a versão de 2010 se trata da versão traduzida para português brasileiro.

Cada liderança de Estado precisa lidar ao mesmo tempo com dois “tabuleiros” com “peças” e interesses diferentes. Em um deles estão os líderes internacionais, representantes dos interesses de outros Estados e instituições presentes no sistema internacional. No outro, figuras partidárias, porta-vozes domésticos, representantes de grupos de interesses e grandes figuras com poder político interno. A importância de visualizar os dois níveis vem à tona quando uma decisão pode ser boa em um nível, mas ruim no outro. Ou ainda quando as consequências de uma mesma ação são diferentes de cada lado (PUTNAM, 2010).

Uma habilidade importante para um jogador seria a capacidade de identificar como uma movimentação em um tabuleiro poderia se propagar no outro, assim controlando ambos ao mesmo tempo. Também é preciso ter cuidado com as ações tomadas, já que elas podem desorganizar ou colocar o jogador em perigo de ser removido no outro jogo. Ter o poder de negociação torna-se, portanto, algo indispensável na hora de movimentar o sistema internacional e seus membros. Mesmo que essa movimentação se dê na política interna de outro jogador (PUTNAM, 2010).

O tomador de decisões de cada país, seja ele presidente, primeiro-ministro ou monarca, não pode tomar decisões baseando-se apenas em um tabuleiro. Um exemplo oposto seria quando uma decisão é tomada para formar um acordo internacionalmente. Tal acordo não é possível sem a ocorrência de discussões internas à parte acerca de possibilidades de ratificação, com os detalhes de cada possível decisão externa sendo analisado internamente (MENEZES, 2021).

A ligação entre os dois tabuleiros pode ser vista ao considerar que muitas movimentações possuem causas domésticas e efeitos internacionais, ou vice-versa. Como exemplo, poderia-se citar o fato de fatores domésticos (como partidos políticos, opinião pública, classes sociais, etc) possuírem influência na política externa e, portanto, relações internacionais de determinado país. Tal exemplo é uma explicação prática do que ocorre em um jogo no nível doméstico, onde atitudes tomadas referentes a fatores internos podem afetar o que acontece no tabuleiro vizinho. Trata-se de procurar a melhor maneira de maximizar o sucesso interno enquanto minimiza as consequências adversas externas (MENEZES, 2021).

O termo *Win-set*<sup>13</sup> desenvolvido por Putnam (2010) se refere ao número de chances de um acordo desenvolvido no tabuleiro internacional ser ratificado ao passar pelo tabuleiro doméstico. Ainda segundo o autor, quanto maior for o *Win-set* de um país, maior a

---

<sup>13</sup> Literalmente “conjunto de vitórias”, será mantido em sua denominação original em inglês ao decorrer do presente trabalho.

possibilidade de uma ratificação ser feita. Quando os influenciadores internos do governo estão de acordo com o que está em discussão internacionalmente, a área de seu *Win-set* se torna grande para o país em questão. Porém, isso não fará diferença se nos outros negociadores não ocorrer o mesmo. Para um acordo ocorrer, ambas as partes precisam concordar com o resultado apresentado e, para a teoria de jogo de dois níveis, isto é representado ao dizer que para ocorrer uma ratificação o *Win-set* dos dois países precisam estar sobrepostos. Em outras palavras, as forças domésticas de ambos precisam estar de acordo (PUTNAM, 2010).

A capacidade de negociação de um governante, como jogador internacional, depende muito da opinião interna do país que ele representa. Um *Win-set* muito abrangente retira o poder de negociação internacional, pois conseguir o acordo neste caso é quase uma necessidade. Já um *Win-set* mais restrito dá a chance de se fazer mais exigências ao se usar o argumento de que algo para apaziguar a oposição doméstica se faz necessário (PUTNAM, 2010). Além disso, existem as possibilidades de defecção voluntária ou involuntária. A primeira diz respeito à saída de negociações por vontade própria no tabuleiro internacional, enquanto a segunda se refere à incapacidade de se completar tais negociações por conta das influências do tabuleiro doméstico. Na definição de Putnam (2010, p. 154):

Uma digressão curta, porém importante: a possibilidade de uma ratificação fracassada sugere que a análise teórica do jogo deveria distinguir entre defecção voluntária e involuntária. A defecção voluntária refere-se a uma recusa dada por um ator egoísta racional na ausência de contratos obrigatórios – por exemplo, o problema constantemente analisado do dilema do prisioneiro<sup>14</sup> e outros dilemas de ação coletiva. A defecção involuntária, por outro lado, reflete o comportamento de um agente que é incapaz de cumprir uma promessa devido ao fracasso de uma ratificação. Mesmo que esses dois tipos de comportamento sejam difíceis de distinguir em algumas situações, suas lógicas básicas são bem diferentes.

De acordo com Putnam (2010), é impossível saber tudo que pode afetar o tamanho do *Win-set*, porém é importante saber que a política doméstica, mais que a política externa, possui maior influência no sucesso ou fracasso de acordos idealizados no âmbito internacional. Independentemente do país, três conjuntos de fatores são de suma importância para o tamanho de qualquer *Win-set*. Dentre estes três fatores, dois são influências internas, sendo elas: as possíveis (i) coalizões do nível doméstico e as (ii) instituições presentes no

---

<sup>14</sup> O dilema do prisioneiro se trata de um problema da teoria dos jogos, um ramo teórico da matemática aplicada, onde se supõe que cada jogador, independentemente, quer maximizar suas vantagens sem se preocupar com o outro jogador. Nele se expõe que cada jogador pode trair o outro para melhores resultados pessoais, mesmo que exista um caminho favorável para ambos.

mesmo nível. O terceiro fator, porém, se encontra no nível internacional, sendo este as (iii)estratégias de negociação a nível global. Apesar destas serem as principais forças por trás da determinação de um Win-set, não são as únicas. Originando-se disto, parte do motivo pelo qual é impossível saber com precisão o tamanho final do Win-set, sendo possível apenas ter uma ideia geral de sua magnitude (CARVALHO, 2018).

O primeiro fator interno, (i)preferências e coalizões no nível doméstico, demonstra a necessidade de se compreender as teorias domésticas pertinentes ao país em questão. Nações diferentes possuem tendências diferentes no que diz respeito a aceitação de acordos feitos internacionalmente, com países mais dependentes e abertos ao meio externo sendo mais propensos a ratificar mais facilmente o que é proposto, enquanto Estados mais auto-suficientes têm a possibilidade de negar mais facilmente uma proposta que não lhes agrada. Muito disso se deve ao chamado custo de *não-aprovação*. O que nada mais é do que o quanto os atores internos têm a perder ao ir contra o previsto internacionalmente. Os desejos e objetivos de cada ator de ação interna deve, preferencialmente, ser levado em conta antes mesmo da tomada de decisão no âmbito internacional. Principalmente quando, como já mencionado, as forças domésticas e suas preferências podem ser usadas como facilitador das negociações (CARVALHO, 2018).

O fator custo-benefício de uma tomada de decisão, contra ou a favor de uma ratificação, pode muito bem ser diferente dependendo de cada ator e de suas prioridades ou realidade. Criando assim a possibilidade de conflitos de opinião interna de um país quanto a uma ação específica. Situações conflituosas podem ser resolvidas ao deixar a escolha final para o governo nacional que irá então pesar os prós e contras tanto do acordo internacional em si quanto das consequências de se escolher um lado do nível doméstico. Outra maneira de finalizar uma situação de conflito é pelo grupo ou ator doméstico mais forte exercendo sua pressão sobre o governo, se colocando como mais importante que os demais. Um exemplo disto é o já mencionado conflito da indústria de carvão mineral australiana, uma das mais fortes e influentes do país, e os acordos e regimes ambientais. As linhas de pensamento e as crenças pessoais dos indivíduos por trás das decisões e dos atores também importam, assim como a existência e a possível força de grupos de ideologia isolacionista (CARVALHO, 2018).

De acordo com Lima (2006), após compreender os pormenores que causam e são causados pelas variadas preferências dos atores domésticos, deve-se compreender o papel das (ii)instituições a nível nacional para a tomada de decisão internacional. Com isso, faz-se

importante compreender junto a esse aspecto o funcionamento interno de tais instituições e seus pormenores que influenciam no tamanho dos *Win-sets*.

O nível de dificuldade para a ratificação de um acordo internacional depende muito do funcionamento interno dos países e seus governos. Em uma votação parlamentar em que são necessários ao menos dois terços dos votos para ocorrer uma ratificação, o *Win-set* é menor. Isso se deve a maior facilidade de um grupo pequeno que é contra o acordo conseguir impedir seu prosseguimento. Já ao se supor uma votação onde apenas 50% mais um é a norma, a maior facilidade para a aceitação faz com que o win-set aumente. Ainda segundo Lima (2006, p. 134-135):

Devido ao poder de veto efetivo de um grupo pequeno, muitos acordos necessários têm sido rejeitados e muitos tratados nem chegam a ser considerados para ratificação. Por outro lado, quando existe uma forte disciplina dentro do partido majoritário, o negociador poderá trabalhar já prevendo as possíveis reações do parlamento, mas o mesmo não ocorrerá se o consenso dentro do partido que detém a maioria não existir, diminuindo assim as chances de avaliação prévia sobre a ratificação ou rejeição de acordo.

É importante para um tomador de decisão saber as opiniões internas dos tomadores de decisão das instituições, assim como seu grau de autonomia em relação a tal instituição e suas chances de influenciar possíveis mudanças de opinião. Além disso, a autonomia do próprio governo como instituição pode influenciar as tomadas de decisões. Um governo mais influenciado pelo povo ou que esteja à mercê da opinião pública pode usar como forma de negociação o argumento de ter que acordar algo aceitável para sua população. Já um país mais independente das opiniões populares possui uma barganha mais fraca já que, teoricamente, é livre para ratificar qualquer acordo que ache pertinente (LIMA, 2006).

As negociações consideradas pela teoria de jogos de dois níveis de Putnam (2010) tem a informação como um dos pontos centrais de seu desenvolvimento e sua formação de (iii)estratégia. Como já explicado pelos diversos autores referenciados, o tamanho do *Win-set* é de extrema importância. Um *Win-set* maior aumenta as chances de ratificação enquanto diminui as possibilidades de barganha. Um *Win-set* menor amplia as chances de rejeição, deixando o negociador com mais argumentos para pressionar seus adversários, melhorando seu potencial de barganha. Isso tudo é diretamente conectado a quanto as partes sabem sobre isso. Um negociador que não sabe nada sobre seus oponentes, parceiros ou si mesmo, não compreende os pontos fortes e fracos dos jogadores, sendo assim suscetível a ser manipulado. Além disso:

O processo de negociação internacional, além dos aspectos relacionados às forças internas versus as forças externas dos países, depende da bagagem de conhecimentos dos negociadores, sendo necessário compreender os seus comportamentos frente aos interlocutores, bem como o comportamento desses, incluindo o conhecimento das culturas e idiomas distintos, assim o negociador precisa dominar diversas habilidades (QUEIROZ; SOUZA; PINTO, 2018, p. 331).

Segundo Putnam (2010), quanto mais informações um negociador possuir sobre o “jogo” em que está inserido, mais vantagens terá em relação aos outros negociadores. Não apenas informações internacionais importam, ou as informações domésticas do próprio jogador, mas principalmente informações internas e do *Win-set* de todos os envolvidos. O custo-benefício de qualquer acordo é diferente para todas as partes, independente se são internacionais ou domésticas, e deve ser analisado. Calcular o máximo possível de resultados potenciais ajuda a estar preparado para todos os resultados. A interferência de grupos interessados em influenciar o acordo final pode acontecer a qualquer momento. Ter todas essas informações possibilita a formação de estratégias variadas (PUTNAM, 2010).

### **3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS**

Entre as principais preocupações mundiais das últimas décadas, as mudanças climáticas se apresentam em papel de destaque à medida que vem afetando o mundo de diversas formas diferentes. Seus efeitos podem ser sentidos de variadas maneiras, sendo através do crescente nível oceânico até as mudanças de temperatura. Diferentes países possuem diferentes papéis em tais mudanças, com nações mais emissoras de gases poluentes tendo maior culpa, países com maior biodiversidade e natureza tendo maior atenção, etc. Quando observadas em número, tais mudanças fazem com que surja a preocupação pelo futuro do planeta (OMM, 2022).

A atual projeção para o futuro do planeta caso as medidas necessárias não sejam tomadas, assim como as consequências a longo prazo de ações que vêm sendo feitas há décadas, são os principais pontos de preocupação e estudo dos variados atores do sistema internacional. Tal afirmação pode ser vista nas conferências e acordos formados ao longo das décadas em prol do meio ambiente, ações conjuntas tomadas dentro do Regime Ambiental e seu sub-Regime de Mudanças Climáticas. Na primeira seção deste capítulo, intitulada 3.1 Mudanças Climáticas, será trabalhado as mudanças em si, assim como suas consequências. Enquanto isso, na segunda seção, 3.2 Conferências e Convenções Ambientais, serão trabalhados a reação internacional às mudanças, em especial as convenções e acordos firmados com base na resposta dos países ao que vêm ocorrendo no mundo, e sua conexão com a eventual formação de regimes em prol do meio ambiente.

#### **3.1 Mudanças Climáticas**

O mundo atual vem enfrentando uma séria crise do ponto de vista ambiental, muito por conta das mudanças climáticas. Segundo a OMM (2022), a temperatura aumenta a cada ano, com crises ambientais sendo cada vez mais fortes e presentes. O ano de 2022 registrou temperaturas recorde em variados países do mundo, com o Reino Unido, por exemplo, registrando pela primeira vez temperaturas acima de 40°C. O nível do mar vem aumentando cada vez mais e geleiras, não apenas nos pólos mas também em locais como os Alpes europeus, estão derretendo com o passar dos anos. Ainda segundo a OMM (2022, não paginado):

Na África Oriental, a precipitação tem estado abaixo da média em quatro estações chuvosas consecutivas, a mais longa em 40 anos, desencadeando uma grande crise humanitária que afeta milhões de pessoas, devastando a agricultura e matando o gado, especialmente na Etiópia, no Quênia e na Somália. A chuva recorde em julho e agosto levou a grandes inundações no Paquistão. Houve pelo menos 1,7 mil mortes e 33 milhões de pessoas afetadas. 7,9 milhões de pessoas foram deslocadas. A inundação ocorreu logo após uma onda de calor extrema em março e abril na Índia e no Paquistão. Uma grande área na parte centro-norte da Argentina, e também no sul da Bolívia, no centro do Chile e na maior parte do Paraguai e Uruguai, experimentou temperaturas recordes durante duas ondas de calor consecutivas no final de novembro e início de dezembro de 2022.

De acordo com a CSIRO - Commonwealth Science Industrial Research Organisation<sup>15</sup>, existem hoje vários dados e informações que ajudam cientistas a compreender o real funcionamento da natureza no nosso planeta. Informações em variados tópicos, além de exemplificações dos efeitos da ação do homem no mundo, nos ajudam a compreender a relação entre efeito estufa, temperatura e mudanças climáticas. O natural para o planeta seria um ciclo entre eras de gelo e eras quentes regulado pela emissão natural de dióxido de carbono e sua relação com temperatura. Ao analisar o histórico de temperatura, gelo e emissão de carbono dos últimos milênios, percebe-se a mudança drástica causada por atividades antrópicas<sup>16</sup> a partir da Revolução Industrial, os últimos 200 anos sendo detentores do maior índice de carbono registrado nos últimos 800 mil anos, com temperaturas muito superiores ao esperado. Além disso, entre 500 e 2000 anos atrás, nota-se um padrão contínuo de frio e calor que foi, também, interrompido por conta da ação humana (CSIRO, 2020).

É comum que muitos pensem nas mudanças climáticas e seus efeitos como algo negativo apenas aos animais e plantas, uma afirmação errônea. Do ponto de vista humano, tais mudanças no ambiente causam ainda o perigo maior de inundação e destruição das costas e praias, afeta a alimentação ao incidir sobre a agricultura e a produção de comida como um todo, piora e intensifica tempestades e tornados, etc. Países diferentes possuem diferentes prioridades, dependendo muito de como seu território é afetado por este problema coletivo que é a crise ambiental (WWF, 2022). Existem, então, diversas repercussões causadas pelas mudanças climáticas ao redor do mundo, com a Austrália sozinha tendo diversas destas consequências em seu território.

---

<sup>15</sup> A CSIRO - Commonwealth Science Industrial Research Organisation é uma organização pertencente ao governo australiano e existe com foco na ciência e na pesquisa de soluções para problemas e questões pertinentes ao bem da Austrália.

<sup>16</sup> Ações antrópicas são aquelas realizadas pelos seres humanos. Atualmente, o termo vem ganhando relevância em várias discussões sobre o meio ambiente, com a descoberta de que as atividades humanas têm causado significativas modificações na natureza, acarretando em sérias preocupações entre os estudiosos e defensores do meio ambiente (CSIRO, 2020).

O ambiente marinho australiano é um que sofre muito com as consequências das mudanças climáticas. Além da temperatura da água, fatores como salinidade, acidificação e circulação de correntes estão todos sendo modificados nos mares ao redor da Austrália. De acordo com o site oficial Australia - State of the Environment (2022)<sup>17</sup>, um registro autenticado pelo próprio governo australiano, os recifes de corais são os que mais sofrem com as mudanças oceânicas, sendo observado constante deterioração conforme a água se torna gradativamente menos apropriada para sua sobrevivência. Fora do mar, já em território terrestre, as ameaças variam muito, com as queimadas que ocorreram durante meses no território australiano sendo o mais noticiado e com maior cobertura por parte da mídia.

Queimadas na Austrália são, na realidade, um evento natural típico do bioma predominante. Vale ressaltar, porém, que esta não é a questão considerando as proporções vistas atualmente. O ecossistema presente no leste australiano, parte mais afetada pelo fogo, é extremamente seco e propício a incêndios espontâneos, como os causados por raios e outros efeitos da natureza, com a flora local tendo o fogo como parte de seu ciclo de vida. Algumas espécies inclusive necessitam do fogo para reprodução e crescimento. Contudo, as queimadas atuais, em vez de ajudar como deveriam, acabam causando dano extensivo e colocando muita vegetação em perigo. Para a Austrália, o natural é que ocorram incêndios de enormes proporções a cada 50 ou 100 anos. Porém, a distância temporal entre as mais recentes grandes queimadas na região apresenta um intervalo significativamente menor. Uma diferença de apenas 10 anos entre as queimadas de 2019 e sua antecessora de 2009 (PIVETTA, 2020).

Os incêndios na Austrália duraram meses e se estenderam de 2019 até 2020 deixando consequências inacreditáveis para o país e o mundo em geral. De acordo com Jacobi et al. (2020), o lado leste do território australiano, mais especificamente o estado de Nova Gales do Sul, foi o principal foco do fogo. Animais ícones do país, como cangurus e coalas, foram amplamente afetados. Assim como outros animais que não apenas queimaram até a morte, mas também morreram de fome. Além disso, a mudança drástica de ambiente e números de cada espécie contribuem para o desequilíbrio natural do ecossistema local. Dados do Greenpeace (citado por Jacobi et al., 2019) mostram que em 2019 só durante os incêndios a Austrália emitiu mais da metade do CO<sub>2</sub> que normalmente emitiria durante um ano por todas

---

<sup>17</sup> Australia - State of the Environment é um site com o selo de autenticação do governo australiano, sendo feito por um grupo oficializado pelo Estado junto dos grupos nativos do território australiano para que se tenha uma visão mais ampla e completa de como as informações coletadas afetam todos os variados tipos de população residindo na Austrália.

as suas fontes de emissão, o que também mostra o fracasso do país em sua meta de emitir menos dióxido de carbono (JACOBI et al., 2020).

Segundo a WWF-Australia<sup>18</sup>(2020), mais de 8 milhões de hectares de florestas, parques e matas nativas foram queimados, mais de 1 bilhão de animais nativos atingidos pelo fogo, muitos dos quais morreram. Além de toda a destruição ambiental, o fogo atingiu também pessoas, destruindo mais de duas mil casas e deixando milhares de pessoas feridas e desabrigadas. Além disso, foram ainda contabilizadas ao menos 25 mortes, incluindo bombeiros voluntários. Muitas das espécies nativas da Austrália só existem lá, fazendo com que os incêndios e queimadas deixem muitas espécies à beira da extinção. Tanto ecossistema, quanto vida selvagem, quanto pessoas e propriedades sofreram com o que se tornou o maior incêndio florestal já registrado no país.

### **3.2 Conferências e Convenções Ambientais**

Por conta da possibilidade de desastres como estes, e percebendo a influência humana na intensidade de tais acontecimentos, o Regime Ambiental Internacional, e posteriormente seu sub-Regime de Mudanças Climáticas, foi formado com base nos achados e nas comprovações feitas pela comunidade científica, sendo então composto pela criação de variados acordos e convenções do meio ambiente ao longo das décadas. A primeira vez em que ocorreu um grande encontro entre representantes de nações para falar de questões ambientais foi em 1972 no que ficou conhecido como Conferência de Estocolmo, onde foi concretizada a Declaração de Estocolmo, formalizando a criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Poluição da água, do ar, do solo e o efeito da industrialização no mundo foram alguns dos temas abordados por esta primeira grande reunião (RIBEIRO, 2001).

Ao falar-se em convenções do meio ambiente vários nomes e datas vem à tona, como ECO-92, Johannesburgo 10, RIO+20, Protocolo de Kyoto, Acordo de Paris. Todos esses títulos, com exceção da RIO+20, dizem respeito a convenções realizadas pelo COP – Conferência de Partes, o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas adotada em 1992 na ECO-92, onde foi criada. Com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sendo ratificada em 1994, as reuniões COP foram

---

<sup>18</sup> World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza), antiga World Wildlife Fund, é uma organização não-governamental em prol do meio ambiente que busca reduzir o impacto humano na natureza.

realizadas anualmente até a quarta convenção. Da quinta em diante passou a acontecer a cada dois anos, com algumas reuniões tendo mais destaque que outras. Cada vez que a COP se reúne, a reunião em si leva no nome o número da reunião e detalha cada vez mais a Convenção em si (PROCLIMA, 2022). A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas é um símbolo da importância que o atual Sistema Internacional atribui não apenas para o meio ambiente, mas também para a luta contra as consequências das mudanças climáticas. As conferências, convenções e acordos firmados tendo tais temas no seu cerne se tornam instrumentos de seus respectivos regimes, sendo utilizados como meios no objetivo final do sub-Regime de Mudanças Climáticas. Às vezes com uma reunião propõe um acordo para substituir outro anteriormente firmado, a exemplo do Acordo de Paris substituindo o Protocolo de Kyoto. A COP mais recente (maio de 2022) é a COP 26, de dezembro de 2021 (PROCLIMA, 2022).

A ECO-92, RIO-92 ou ainda Cúpula da Terra são os nomes normalmente atribuídos à II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento<sup>19</sup> de junho de 1992. Tendo contado com 108 chefes de Estado, seu principal objetivo era a busca por maneiras de mitigar os danos causados aos ecossistemas no planeta em prol do desenvolvimento sócio-econômico. A conferência definiu quatro principais termos e princípios adotados internacionalmente: o conceito de desenvolvimento sustentável; a responsabilidade dos países desenvolvidos para com os dados ecológicos; a necessidade de apoiar os países em desenvolvimento de modo financeiro e tecnológico para alcançarem os objetivos sustentáveis da cúpula; e modelos e possibilidades de desenvolvimento e crescimento econômico menos danosos ao meio ambiente. A criação das já citadas reuniões COP foi o maior resultado da conferência (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012?). Pode ser dito que a ECO-92 teria então moldado a base necessária para a criação do Protocolo de Kyoto e de seu sucessor, o Acordo de Paris.

Com a ECO-92 se tornando então um marco na luta em prol do meio ambiente, ela acaba por ser também considerada um ponto central no crescimento e na expansão do Regime Ambiental e da formalização do Regime de Mudanças Climáticas. O estabelecimento de uma linha de reuniões periódicas focadas na discussão ambiental e a eventual criação do Protocolo de Kyoto (e do Acordo de Paris), dão aos Regimes, como já citado anteriormente, seus

---

<sup>19</sup> Segundo PROCLIMA (2022), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento original se trata da já mencionada Conferência de Estocolmo de 1972. Esta foi uma versão menor da ECO-92, com os mesmos objetivos porém com menor abrangência, sem a criação de metas específicas e sem a participação da sociedade civil (que o fez através de ONGs em 92).

principais instrumentos para a pressionar e coordenar o comportamento dos atores internacionais. Tais atores, em especial os Estados soberanos, acabam por ter sua tomada de decisão influenciada por tal pressão externa. O foco desta influência seria então moldar as ações dos influenciados para que se tornem ações conjuntas direcionadas ao bem maior que seria a proteção ambiental.

Com as mudanças climáticas se tornando oficialmente uma preocupação mundial, o primeiro tratado internacional formulado especificamente para controlar a emissão dos gases causadores do efeito estufa foi criado. O Protocolo de Kyoto de 1997 estabeleceu a criação de maneiras de se ter um desenvolvimento sustentável, além de delimitar diversas metas com proporções específicas para os diferentes países participantes. Segundo o site do Senado Federal Brasileiro (20--, não paginado):

Entre as metas, o protocolo estabelecia a redução de 5,2%, em relação a 1990, na emissão de poluentes, principalmente por parte dos países industrializados. Uma delas determinava a redução de 5,2%, em relação a 1990, da emissão de gases do efeito estufa, no período compreendido entre 2008 a 2012. Ao ser adotado, o Protocolo de Kyoto foi assinado por 84 países. Os Estados Unidos, um dos países que mais emitem gases poluentes no mundo, abandonaram o Protocolo em 2001 com a justificativa de que cumprir as metas estabelecidas comprometeria seu desenvolvimento econômico. As metas de redução de gases não são, entretanto, homogêneas entre os países que assinaram o acordo. Trinta e oito países têm níveis diferenciados nas metas de redução dos gases poluentes. Países que compõem a União Europeia, por exemplo, estabeleceram meta de 8% na redução dos gases do efeito estufa, enquanto o Japão fixou esse percentual em 6%. Quando os Estados Unidos aderiram ao acordo, comprometeram-se com a redução de 7% dos gases poluentes.

Por se tratar do primeiro acordo focado na luta contra o aquecimento global, além de todas as outras consequências das mudanças climáticas, o Protocolo de Kyoto representa a primeira delimitação formal e determinada de metas, regras e normas a serem seguidas pelos Estados. Sua formalização estabelece a forma inicial de verificação, por parte dos participantes do Regime de Mudanças Climáticas, do quanto as ações dos atores internacionais estão ou não de acordo com as preocupações e objetivos do mesmo. A forma como diferencia o status de seus assinantes estabelece de maneira clara o papel que cada ator desempenha no mundo no que diz respeito às mudanças climáticas.

Como demonstrado no compilado feito por Stella et al. (2011), por mais que grande parte dos países industrializados tenham estabelecido metas de redução de emissões na comparação entre 1990 e 2012, países subdesenvolvidos em que as economias foram consideradas como sendo incapazes de simultaneamente se manter firmes e se comprometer

ao protocolo não foram requeridas de estabelecer metas de redução. Outro ponto seriam as nações muito dependentes de indústrias poluentes. Ao se levar em conta a Austrália, país que não assinou o acordo até 2007 com a troca de governo, a meta final negociada ainda em 1997 foi a do aumento de 8% das emissões na comparação entre 1990-2012. Isso se deve pela importância econômica da indústria do carvão mineral para a economia do país (GRAFTON; LAMBIE, 2010).

Além do estabelecimento de metas, outra responsabilidade dos países assinantes do Protocolo de Kyoto era a transparência. Para supervisão e compreensão da situação de cada nação, foi necessário o estabelecimento de fontes públicas contendo o compilamento periodicamente atualizado da situação ambiental de cada país. Um exemplo seria o australiano, uma vez que foi criado especificamente para a Convenção-Quadro o *National Carbon Accounting System (NCAS)* da Austrália puramente para monitoramento da emissão causada por atividades antrópicas. Sua criação, funcionamento, controle, fontes e afins foram todos detalhados em relatórios enviados à supervisão do Protocolo. Junto deste relatório foram especificadas: medidas contra as emissões de GEE (gases de efeito estufa), detalhes sobre o estado ambiental do território australiano e todos os dados e cálculos estipulados pelo acordo como sendo necessários para uma fiscalização mais uniformizada (COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, 2008).

No ano do décimo aniversário da ECO-92 foi feita a Joanesburgo 10, também chamada de Rio+10 e Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul. O foco principal da conferência era a avaliação do progresso alcançado pelos países no que diz respeito aos objetivos construídos pela Cúpula da Terra em 1992, assim como a discussão sobre possíveis implementações de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Temas como saneamento, energia, biodiversidade, agricultura e governança ambiental, entre outros, marcaram presença no evento, assim como a importância que possuía a participação de comunidades indígenas e locais para a tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável (DINIZ, 2002). A ampliação de seu leque temático e de suas discussões agem como uma forma de oficializar tais assuntos como sendo pertinentes ao Regime Ambiental e ao Regime de Mudanças Climáticas.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+20 de 2012, foi, como já mencionado, convocada pela ONU e contou com variados temas. O ano de 2012 marcou o fim do período estipulado pelo Protocolo de Kyoto para o cumprimento de suas metas. A conferência, de acordo com Guimarães e Fontoura (2012, p. 510), “contribuiu

ainda para consolidar a percepção da sociedade para as interconexões entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento”, estabelecendo, conseqüentemente, uma conexão entre os regimes associados com cada dimensão. Ainda sim, a reunião, para muitos, falhou em realmente delimitar uma visão para o futuro que realmente fosse positiva (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

O Acordo de Paris é um tratado internacional assinado em 2015 durante a COP21, sendo um sucessor do Protocolo de Kyoto após o término do período estipulado pelo mesmo. De acordo com o próprio Acordo (2017)<sup>20</sup>, seu principal objetivo é combater as mudanças climáticas, limitando o aumento da temperatura global a menos de 2 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais e buscando esforços para limitar o aumento a 1,5 graus Celsius. O acordo estabelece que todos os países devem apresentar metas de redução de emissões de GEE ou gases de efeito estufa, implementando planos de ação para alcançar essas metas. Para isso, o Acordo de Paris declara ao longo de seus variados Artigos a importância do apoio financeiro aos países em desenvolvimento para ajudá-los a se adaptar ao desenvolvimento sustentável e, caso necessário, ampará-los ao lidar com as conseqüências econômicas negativas advindas de tais mudanças globais (ACORDO DE PARIS, 2017).

Dentre as muitas especificações do Acordo de Paris, fica claro os diferentes papéis dados a países em diferentes estados de desenvolvimento. Ao longo de seu texto é repetidamente citado a existência de “responsabilidades comuns porém diferenciadas” e de “diferentes circunstâncias nacionais”, deixando claro o entendimento de que todos os signatários devem arcar com os objetivos do Acordo, mas sempre dentro de seu próprio potencial nacional, com cada nação tendo suas expectativas diferentes umas das outras. Além disso, a existência de organizações regionais de integração econômica é levada em conta, sendo esperado que os membros de uma mesma organização entrem em acordo entre si antes de eles, como grupo, enviarem ao secretariado responsável pela fiscalização do Acordo suas metas e estratégias nacionais individuais (ACORDO DE PARIS, 2017).

O arquivo de “Contribuição Nacionalmente Determinada” que necessita ser submetido por cada nação deve conter não apenas suas metas, mas também justificativas para as metas, lista de ações que devem ser tomadas, o princípio por trás de tais decisões, entre outras informações e declarações pertinentes aos temas do Acordo de Paris. Como estudo de caso,

---

<sup>20</sup> A versão oficial do Governo Brasileiro (Decreto nº 9.073/2017) para o Acordo foi a fonte utilizada para a coleta de dados sobre o Acordo de Paris, resultando no ano referenciado sendo 2017 (ano oficial da tradução) ao invés de 2015 (ano em que o Acordo de Paris foi escrito).

pode ser considerada a submissão australiana que ao longo de suas vinte páginas fala desde suas metas até a necessidade de aplicar os conhecimentos das populações nativas da região. Na prática as afirmações ficam de tal forma:

As mudanças climáticas já estão causando impactos significativos na Austrália e na nossa região. O Governo Australiano está tomando medidas concertadas para se adaptar às mudanças climáticas e garantir a resiliência e prontidão para desastres em nossas comunidades e ambiente natural, considerando seus impactos. Isso inclui: liderar o desenvolvimento de uma avaliação urgente dos riscos climáticos das implicações das mudanças climáticas para a segurança nacional, que será uma característica duradoura das ações climáticas da Austrália; garantir que a Austrália esteja preparada para desastres, investindo até \$200 milhões a cada ano em preparação para desastres e projetos de resiliência; proteger o ambiente único da Austrália, reparando os rios urbanos e bacias hidrográficas e dobrando o número de Guardiões Indígenas, reconhecendo a importância de empregar o conhecimento e a experiência dos povos indígenas para enfrentar a crise climática (AUSTRALIAN GOVERNMENT DEPARTMENT OF INDUSTRY, SCIENCE, ENERGY AND RESOURCES, 2022).

Atualmente, o Acordo de Paris é o responsável por delimitar o papel que cada Estado parte do acordo tem a cumprir. Sua especificação extensiva de ações, metas e expectativas o coloca como principal forma de influência do Regime de Mudanças Climáticas na atualidade. Se trata de um meio de fiscalização e, como consequência, pressão que o Regime possui para controlar as ações dos governos e o quanto elas estão de acordo com o estipulado. A obrigatoriedade dada à formulação de estratégias e metas individuais que devem ser apresentadas formalmente mostra a importância dada às mudanças climáticas e suas consequências, algo que pode ser usado para demonstrar a força atual do Regime de Mudanças Climáticas.

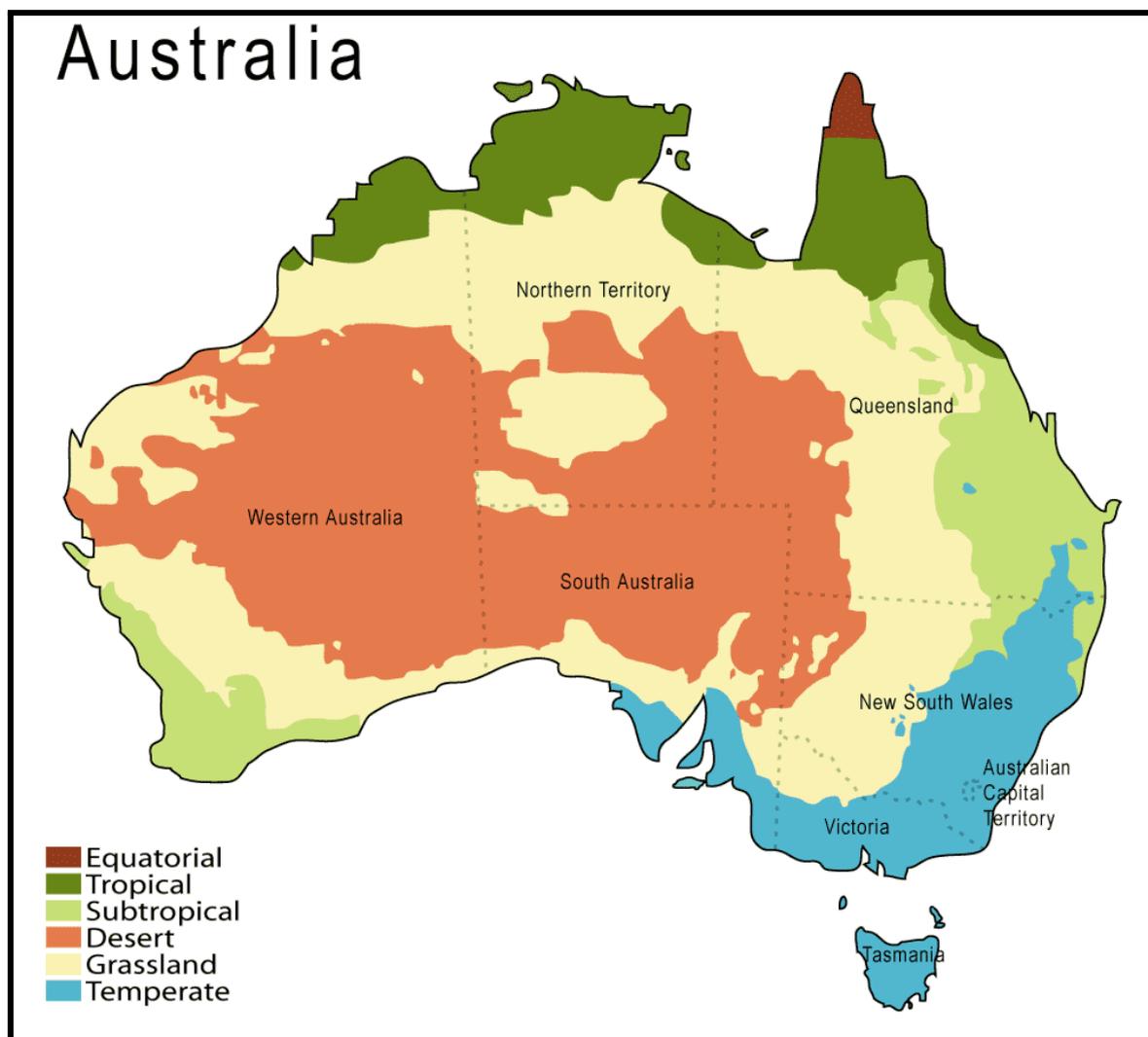
Tendo em mente o panorama geral do quanto o mundo se preocupa com as questões ambientais e com as mudanças climáticas, fica mais fácil de compreender que não se trata de uma questão que pode simplesmente ser ignorada. A Austrália, principalmente por conta de sua importância ambiental e biológica, é um dos países que sempre tem as questões ambientais como pauta essencial em seu governo. O estudo da história dos governos e das convenções acaba sendo o primeiro ponto que deve ser analisado. Deve-se, então, compreender melhor a relação do governo do país com seu tão emblemático meio ambiente e suas ações durante as reuniões já analisadas.

## **4 ESTUDO DE CASO: AUSTRÁLIA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Dentre os muitos países que constituem o Sistema Internacional, a Austrália é um dos que possuem mais contradições quanto ao tratamento da questão das mudanças climáticas e as ações destinadas a mesma. Para entender melhor o motivo por trás disso é necessário compreender não apenas o cenário político do país, mas também sua geografia diversificada e características socioeconômicas. Tendo isto em mente, o presente capítulo foi dividido em três partes, oferecendo dados que construam a realidade australiana. Na primeira seção intitulada 4.1 Panorama Geral da Austrália são fornecidas as informações necessárias para compreender a realidade do país, incluindo temas como sua geografia, economia e meio ambiente. A segunda seção, 4.2 Legislação e Governo na Teoria e na Prática, foca na legislação e no funcionamento do governo australiano, fornecendo as bases de seu sistema político e o que o influencia na prática. Por fim, a terceira seção, 4.3 Partidos e Primeiros-Ministros, apresenta uma linha do tempo que traça a relação de cada ministro com as políticas ambientais, diplomacia ambiental, assim como as influências e motivações por trás de sua tomada de decisões ao longo do tempo, considerando as características dos tabuleiros doméstico e internacional de cada período.

### **4.1 Panorama da Austrália**

A Austrália é um país conhecido por sua biodiversidade única e seus diversos biomas. Desde as florestas tropicais exuberantes até os desertos áridos, o país abriga uma ampla variedade de ecossistemas que sustentam uma incrível diversidade de vida. Além disso, uma variedade de climas significa chuvas fortes no norte e grandes possibilidades de secas no sul, onde rios fornecem grande parte da água por conta da falta de chuvas. Um dos tesouros naturais mais emblemáticos da Austrália é a Grande Barreira de Corais, localizada na costa nordeste do país. Essa maravilha natural é o maior sistema de recifes de coral do mundo e abriga uma riqueza incomparável de espécies marinhas. A Grande Barreira de Corais é um Patrimônio Mundial da UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e é uma das principais atrações turísticas do país (STEFFEN, 2009). Para melhor visualização do país tem a seguir um mapa com os estados e os biomas:

**Figura 1 - Mapa De Territórios E Biomas Da Austrália**

Fonte: Wikipedia (2023)

Para visualização dos biomas, o mapa utilizou seis diferentes cores para demonstrar a localização dos seis biomas principais. As definições dos biomas foram adaptados de UCMP - *University of California Museum of Paleontology* (2019) para melhor entendimento do mapa. Em marrom, logo no topo do mapa temos o bioma equatorial, caracterizado por ser sempre quente e úmido, possuindo tal nome por acontecer normalmente próximo à linha do equador. Logo abaixo, em verde escuro, temos o bioma tropical, onde pode ser observado a existência de duas estações: estação de seca e estação de chuva. Em verde claro temos o bioma subtropical, que possui quatro estações bem definidas ao longo do ano, assim como maior número de chuvas e de umidade, possuindo também temperaturas mais extremas no verão e no inverno. Em laranja se encontra o deserto e, de acordo com o site oficial de

geociência da Austrália (2023, não paginado), “[...] um deserto é uma região desolada e desabitada que recebe menos de 250 a 500 milímetros de precipitação anualmente”. As muitas variações do que se considera um bioma de pastagens se encontram em bege, sendo que na Austrália a principal forma de pastagem natural é a savana, onde eventos como fortes tempestades e incêndios naturais fazem parte do ciclo de vida da vegetação<sup>21</sup>. Por último, em azul, o bioma temperado que possui variações dependendo de cada localidade, com a versão australiana possuindo um verão mais frio e temperaturas mais baixas que o resto do país (UCMP, 2019).

Como pode se observar no mapa, o país é dividido em seis estados principais: Nova Gales do Sul, *Queensland*, Victoria, Austrália do Sul, Austrália Ocidental e Tasmânia, além de dois territórios principais: Território do Norte e Território da Capital Australiana. Cada estado e território possui características e biomas únicos, cada um com sua própria biodiversidade. Nova Gales do Sul é conhecida por suas praias, como *Bondi Beach* em Sydney, e por ter em seu território a Cordilheira dos Montes Azuis. A Grande Barreira de Corais fica em *Queensland*, onde também se encontram florestas tropicais, lar de uma grande diversidade de plantas e animais, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o ornitorrinco e o canguru-arborícola. Victoria, assim como Nova Gales do Sul, possui tanto praias quanto montanhas (STEFFEN, 2009).

Na Austrália do Sul o turismo é sustentado por paisagens áridas adaptadas à escassez de água, com animais como o canguru-vermelho e o ema, pelo Deserto de Simpson, pelo Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, outro Patrimônio Mundial da UNESCO, e pela região vinícola de *Barossa Valley*. A Austrália Ocidental possui uma vasta área selvagem, como o deserto de Nullarbor e as rochosas do Parque Nacional Pinnacles. A ilha da Tasmânia, por sua vez, é conhecida por suas paisagens montanhosas, florestas preservadas e enorme quantidade de espécies endêmicas. Em termos de recursos hídricos, a Austrália possui rios importantes que desempenham um papel crucial na agricultura e no abastecimento de água. O Rio Murray, o Rio Darling e o Rio Murrumbidgee são alguns dos principais rios que atravessam as áreas mais povoadas do país, fornecendo água para grandes áreas agrícolas e para o uso humano. Os três rios em questão, assim como outros rios de maior tamanho, possuem inúmeros afluentes ao longo de suas extensões (STEFFEN, 2009). A maneira como os recursos hídricos estão focados em apenas algumas partes específicas do país pode ser notado no mapa a seguir:

---

<sup>21</sup> Os incêndios naturais que deveriam ocorrer em tais regiões e os incêndios devastadores dos últimos anos são considerados como acontecimentos distintos, como já explicado na seção 3.1 Mudanças Climáticas.



desastres naturais tem sido um aprimoramento das práticas de gestão ambiental e o desenvolvimento de estratégias de prevenção e combate a incêndios<sup>22</sup> (STEFFEN, 2009).

Um dos maiores e mais biodiversos países do mundo, a Austrália é dona de uma incrível variedade de recursos naturais. Combustíveis fósseis como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral são não apenas parte importante do volume de exportações do país mas também sua maior fonte de energia. Mesmo com mais de 70% das fontes de energia sendo essas, a maioria da sua extração vai para fora do país. De acordo com Grafton e Lambie (2010), a Austrália é o maior exportador de carvão mineral do mundo e o terceiro maior produtor, estando atrás apenas de China e EUA. O consumo de carvão mineral, por exemplo, é apenas um quinto do extraído anualmente, com quase todo o resto sendo destinado à exportação. Segundo o site da CIA - Agência Central de Inteligência (2023, não paginado):

A Austrália é o maior exportador líquido de carvão do mundo, representando 26,5% das exportações globais de carvão em 2021. O carvão é a fonte de energia mais abundante do país e é o segundo maior produto de exportação em termos de receita. Em 2020, a Austrália possuía as terceiras maiores reservas recuperáveis de carvão do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Rússia.

Além disso, a indústria de mineração age na extração de recursos preciosos como diamante, ouro e prata. A grande extensão de terra pertencente ao país e seus diversos climas possibilitam uma agricultura e pecuária variadas com produtos que vão da cana de açúcar, trigo e algodão para carne de gado e frango. A Austrália é ainda o maior exportador de opalas e segundo maior exportador de urânio do planeta. Os produtos vindos da indústria de mineração, tais como carvão e ouro, e os produtos vindos da agropecuária, tais como trigo e carne de gado, são o cerne da exportação australiana e mais da metade de seus produtos são comercializados para países asiáticos. O país apresenta uma posição de importância econômica na Ásia, tendo os países asiáticos como seus principais parceiros econômicos. É um líder regional na região da Oceania, com um setor financeiro forte e uma moeda bem valorizada (CIA, 2020).

Em termos de população, a Austrália possui uma variada composição étnica graças a grande quantidade de migrações que ocorreram ao longo dos últimos séculos. Tratando-se de povos originários, os aborígenes australianos e os povos das ilhas do Estreito de Torres são os nativos do país, assim como os que mais sofrem com as mudanças climáticas (CIA, 2020). Além das consequências que atingem todas as populações australianas, os nativos sofrem

---

<sup>22</sup> Mais detalhes sobre a política ambiental australiana são abordados na seção 4.3 Partidos e Primeiros-Ministros.

ainda com a possibilidade de destruição de seus patrimônios culturais e históricos, que são extremamente vulneráveis às destruições climáticas, o dano e redução de seu território com a subida do nível do mar, além de serem mais impactados pelas consequências comuns por falta de recursos de defesa. Sua vulnerabilidade aos desastres naturais faz com que considerem ações anti-ambientais do governo como sendo violações dos direitos humanos (20 MINUTES AVEC AFP, 2019). Por mais que as discussões dos direitos dos povos originários do território australiano tenham se desenvolvido na última década, eles ainda sofrem profundamente com a discriminação contra suas populações e sua cultura. Suas reivindicações não fazem parte das típicas prioridades dos governantes do país e mesmo seus apelos e declarações oficializadas pelo governo se mostram estagnadas e sem prospecto de evolução (PERINI, 2022).

#### **4.2 Legislação e Governo na Teoria e na Prática**

O governo australiano é tanto uma monarquia constitucional quanto uma democracia federal parlamentar, possuindo então um parlamento como forma de poder legislativo. Esse parlamento é composto por três partes: o monarca, o senado e a casa dos representantes. A Austrália é parte da *Commonwealth* britânica, tendo assim o monarca do Reino Unido como líder supremo. O governador-geral, apontado para o cargo pelo primeiro-ministro e aceito pelo monarca, age em nome da monarquia como chefe do poder executivo, tendo como conselheiros o primeiro-ministro e outros ministros do governo. O chefe de governo, portanto, é o próprio primeiro-ministro, que é o líder do partido político que conquistou a maioria dos assentos na casa dos representantes. Vale lembrar que coalizões podem ser formadas a partir do apoio de partidos menores para partidos mais populares. No caso de o número de assentos conjuntos de uma coalizão ser maior do que o número de assentos do partido mais eleito, então o partido líder da coalizão será aquele que apresentará seu primeiro-ministro. Ao fim de cada eleição, cada partido deixa claro quem considera seus aliados. Aqueles que se aliam ao partido do primeiro-ministro formam o governo, enquanto aqueles contra formam então a oposição (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2022).

Na prática, votações são feitas levando em consideração a maioria dos votos, sem número mínimo para passagem ou veto. O governador-geral pode dissolver o parlamento sempre que achar pertinente, seja por motivo de grande disputa interna, insatisfação popular, etc. A dissolução pode ser única, quando apenas o senado ou a casa dos representantes é dissolvida, ou dupla, onde todo o parlamento é dissolvido. Tanto o senado quanto a casa dos

representantes têm seus membros escolhidos por voto direto, com a casa dos representantes tendo sempre o dobro de membros. Cada estado parte da Austrália possui o mesmo número de senadores, já a casa dos representantes elege um número específico de acordo com a população de cada estado. Enquanto a casa dos representantes leva apenas a popularidade de cada candidato em conta na eleição, o senado limita quantos senadores de cada partido podem assumir baseado na porcentagem de votos recebidos por cada partido<sup>23</sup> (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2021).

A política interna e o nível de comprometimento do governo com suas propostas são também muito influenciados por diversos fatores nacionais. De acordo com Grafton e Lambie (2010), indústrias proeminentes para a economia nacional, a exemplo da indústria do carvão mineral, possuem grande influência dentro do governo, tendo partidos inteiros interessados em defender seus privilégios, com o *lobby*<sup>24</sup> de combustíveis fósseis sendo um dos mais poderosos. Por outro lado, a maneira como a constituição é escrita e o parlamento age torna a opinião pública muito relevante para a tomada de decisões. Além disso, a forma como a política australiana se apresenta, com uma lógica de “nós” contra “eles” influenciando o partido do primeiro-ministro e a oposição, significa que manter o apoio popular é vital para se manter no poder após cada eleição. Como já mencionado, um descontentamento público muito grande pode levar o governador-geral a chamar uma nova eleição, com grandes desavenças internas trazendo, também, as mesmas possibilidades.

Ao se analisar através da teoria de Putnam (2010), percebe-se visivelmente alguns pontos sobre o jogo que se forma tanto ao redor da Austrália quanto do Regime de Mudanças Climáticas. O jogador é sempre o tomador de decisões e, no caso australiano, é sempre o primeiro-ministro, como chefe do governo. Influenciando suas decisões no tabuleiro doméstico, existem diversas peças a serem consideradas, assim como regras específicas da forma de governo do país em questão. As peças mais próximas ao primeiro-ministro são os partidos, que se separam em governo e oposição a cada eleição, com cada partido e aliança tendo sua relevância para a aceitação ou não de alguma jogada. Agradar a oposição para que concordem com suas jogadas e decisões, assim como agradar o próprio partido para não arriscar a perda do cargo são de suma importância no tabuleiro doméstico australiano. Pressionando as decisões do primeiro-ministro como jogador, temos ainda a opinião pública e

---

<sup>23</sup> Exemplo: 40% dos votos para um primeiro partido significa que 40% dos senadores serão deste partido, 30% para um segundo partido então dá direito a 30% dos assentos, etc.

<sup>24</sup> *Lobbying*, também conhecido como *lobby*, é a prática de influenciar, de forma explícita ou velada, as decisões do poder público, especialmente do poder legislativo, em prol de causas ou objetivos específicos.

diversas dinâmicas dentro do jogo, como: a possibilidade de dissolução, o possível descontentamento dos próprios aliados e os lobistas, que sempre levam em consideração apenas os interesses das indústrias que representam.

### **4.3 Partidos e Primeiros-Ministros**

Entre os anos de 1992 e 2023, a Austrália passou por oito Primeiros-ministros que se mantiveram no poder por variados períodos, com cada primeiro-ministro tendo suas próprias prioridades em relação à diplomacia climática. O papel do país nas variadas reuniões ambientais que se sucederam nesse período mudou de acordo com o posicionamento de cada governo vigente. Passando de ser completamente contra algum acordo para, em certos momentos, liderar iniciativas pró meio ambiente. Segundo Beeson e McDonald (2013), a filiação dos ministros em questão também tem grande influência na maneira como o governo lida com as questões ambientais, com certas linhas sendo consideradas mais ou menos negacionistas sendo seguidas ao longo dos anos.

Segundo Beeson e McDonald (2013), muito da opinião pública é influenciada pelos partidos políticos australianos, sendo assim, parte da maneira como a população comum compreende várias questões acaba dependendo de como o partido manifesta sua opinião sobre o assunto. No que diz respeito às mudanças climáticas, pode ser notado que a opinião varia, não apenas de acordo com o partido, mas também de acordo com o líder do partido no momento. Segundo Webb (2015, não paginado):

Os políticos frequentemente afirmam que essas mudanças de liderança não afetarão a direção do governo, uma vez que as políticas são definidas pelo partido como um todo. Na realidade, no entanto, o líder do partido ocupa uma posição única para estabelecer a agenda de políticas. Portanto, não é incomum que questões que antes eram deixadas de lado se tornem o foco principal sob nova liderança. Muitos ambientalistas esperam que esse seja o caso com as mudanças climáticas (tradução nossa).

O Partido Liberal Australiano e o Partido Trabalhista são os grandes detentores da posição de primeiro-ministro, tendo praticamente se revezado ao longo dos anos. O Partido Trabalhista geralmente adota uma postura mais proativa em relação às questões climáticas e à proteção ambiental. Eles tendem a enfatizar a importância da ação governamental para combater as mudanças climáticas, tendo normalmente metas mais ambiciosas de redução de emissões, incentivo a energias renováveis, políticas de conservação ambiental e medidas de

transição para uma economia de baixo carbono. O atual primeiro-ministro e seu governo consideram o impulsionamento de energias renováveis como parte importante de seu plano de governo (LABOR, 2022).

O Partido Liberal Australiano geralmente tem uma posição mais favorável às indústrias tradicionais e ao desenvolvimento econômico, o que às vezes resulta em políticas que podem ser percebidas como menos prioritárias em relação à proteção ambiental. Eles têm sido associados a uma abordagem mais cautelosa em relação às políticas de redução de emissões de gases de efeito estufa, algo que, como pode ser visto mais adiante, advém de seu histórico de aprovação e/ou veto de variados projetos de lei relacionados ao meio ambiente. O projeto de governo desenvolvido pelos liberais para as eleições de 2022 apresenta variados projetos em prol do meio ambiente, porém dando ainda mais ênfase ao suporte à extração de combustíveis fósseis e à mineração (LIBERAL, 2022).

Para dar uma visão geral dos nove<sup>25</sup> governos que ocorreram de 1992 até 2023, o Quadro 1 lista de forma cronológica o nome de cada primeiro-ministro, a data em que se iniciou e finalizou cada mandato e o partido ao qual cada um é ou foi filiado:

**Quadro 1 - Lista De Primeiros-Ministros Da Austrália 1992-2022**

<b>Nome</b>	<b>Início de mandato</b>	<b>Fim de mandato</b>	<b>Filiação</b>
Paul Keating	20 de dezembro de 1991	11 de março de 1996	Partido Trabalhista
John Howard	11 de março de 1996	3 de dezembro de 2007	Partido Liberal
Kevin Rudd	3 de dezembro de 2007	24 de junho de 2010	Partido Trabalhista
Julia Gillard	24 de junho de 2010	27 de julho de 2013	Partido Trabalhista
Kevin Rudd	27 de julho de 2013	18 de setembro de 2013	Partido Trabalhista
Tony Abbott	18 de setembro de 2013	15 de setembro de 2015	Partido Liberal
Malcolm Turnbull	15 de setembro de 2015	24 de agosto de 2018	Partido Liberal
Scott Morrison	24 de agosto de 2018	23 de maio de 2022	Partido Liberal
Anthony Albanese	23 de maio de 2022	---	Partido Trabalhista

Fonte: adaptado da Wikipedia em 2022.

<sup>25</sup> Com Kevin Rudd tendo assumido em dois momentos, a Austrália passou por nove governos, porém oito primeiros ministros de 1992 até 2023.

### 4.3.1 Paul Keating

Paul Keating do Partido Trabalhista assumiu como primeiro-ministro após vencer um desafio de liderança contra o até então primeiro-ministro, Bob Hawke. Segundo Crowley (2013), todo o período de Keating no poder foi considerado como extremamente oposto aos ideais de seu antecessor e muitos especulam se o objetivo de Keating com suas políticas era justamente se diferenciar de Hawke. O governo Keating focou mais no liberalismo econômico<sup>26</sup> e o considerou como de mais importância do que as políticas climáticas e toda ação ambiental era limitada para que não afetasse a indústria. Mesmo com a época de crescente pressão internacional quanto às medidas tomadas contra as mudanças climáticas, Keating se manteve em sua linha de ações políticas.

Foi durante a década de 90, mais precisamente durante o governo Keating, que o lobby de energia e combustíveis fósseis se formou. Popularmente chamados de *Greenhouse Mafia*<sup>27</sup> (Máfia do Efeito Estufa), o nome foi de fato escolhido como um apelido para *Australian Industry Greenhouse Network* (Rede Australiana de Indústrias de Efeito Estufa). Além dos responsáveis pelo lobby de energia e carvão, a Rede era também integrada por toda e qualquer indústria altamente dependente de combustíveis fósseis (CROWLEY, 2013). Este é então o marco da criação do que seria a maior influência doméstica contra as medidas climáticas e uma força sempre a se considerar antes da tomada de qualquer decisão. Ao se analisar o tabuleiro doméstico da Austrália durante o período em que Keating foi primeiro-ministro pode-se observar que as maiores peças eram contra as ações requeridas pelo Regime de Mudanças Climáticas. A opinião pública em meio a recessão era voltada para o mantimento da economia e recuperação do país, as maiores indústrias formaram um lobby anti-ambiental e o próprio primeiro-ministro, o jogador responsável pelo governo australiano, não tinha as mudanças climáticas e suas consequências como prioridade política.

Ainda de acordo com o pensamento de que nenhuma ação governamental seria implementada em detrimento da economia, o primeiro-ministro Keating não compareceu à ECO-92 e seus representantes se mostraram contra qualquer medida forte de emissão. Apesar de Keating ter comparecido na COP 1 de 1995, o governo australiano se manteve contra as metas e objetivos da reunião e rejeitou a ideia de que os países desenvolvidos possuem maior

---

<sup>26</sup> A recessão australiana da década de 90 é considerada como grande instigadora da expansão do pensamento neo-liberal e do liberalismo econômico. A recessão se iniciou em 1991 e se estendeu pela década, sendo a última vez que o país registrou qualquer tipo de recessão até a crise de 2020 durante a pandemia de Covid-19 (EXAME, 2020).

<sup>27</sup> Auto-intitulação (CROWLEY, 2013).

responsabilidade pelas questões ambientais e pela situação em que o planeta se encontrava. As políticas do governo Keating se mantiveram assim até sua saída e seu sucessor liberal é considerado como tendo a mesma linha de pensamento, porém com ações muito mais agressivas (CROWLEY, 2013). O fato de tais ações serem possíveis mostra o quão inferior é a influência externa na época de Keating em comparação com o poder das forças internas. Apesar do tabuleiro internacional das políticas climáticas ter crescido durante a década de 90, o crescimento não foi suficiente para modificar o *Win-Set* de possíveis acordos pró-ambientais.

#### 4.3.2 John Howard

John Howard, do Partido Liberal Australiano, assume com a saída de Keating e se mantém até 2007. Sendo oposto às principais metas do seu governo, o parlamento de Howard não ratifica o Protocolo de Kyoto, fazendo com que a Austrália fique fora do acordo até a mudança de governo. Mesmo assim, foi o primeiro primeiro-ministro a implementar medidas mais fortes contra a emissão de carbono (BEESON; MCDONALD, 2013). O histórico político-ambiental misto, não apenas do governo Howard, se deve às já mencionadas influências sobre o funcionamento interno do governo. A mudança de atitude do governo é consequência de alterações no tabuleiro doméstico, em especial na opinião pública.

Durante a formulação do Protocolo de Kyoto, a Austrália foi um dos países que tiveram a concessão de poder aumentar suas emissões no período vigente do acordo em vez de reduzir. Países que foram considerados como sendo dependentes de indústrias com alta emissão foram permitidas tal aumento por conta do risco de recessão ou crise considerado ao forçar muitas limitações muito rapidamente a setores essenciais para a economia de tais países. A ideia seria, então, inicialmente limitar o aumento de emissões para posteriormente, quando a economia nacional estivesse preparada, reduzir as emissões (STELLA, 2011). Apesar disso, o governo Howard não ratificou o acordo já que a meta de emissão controlada ainda era menor do que a projetada pelo aumento da economia. De acordo com antigos membros do governo Howard, uma das principais razões para a não-ratificação do Protocolo de Kyoto foi a influência da *Greenhouse Mafia* e de seu poderoso *lobby* composto pelas indústrias de energia baseadas em combustíveis fósseis, em especial do carvão mineral, que eram abertamente contra qualquer medida em prol do meio ambiente. Tanto as mineradoras

quanto os produtores de energia eram contra políticas que limitassem suas atividades e/ou ampliassem os custos (GRAFTON; LAMBIE, 2010).

Pode-se perceber então que a relação do governo Howard com o Protocolo de Kyoto como um exemplo da influência que o tabuleiro doméstico exerce sobre o tabuleiro internacional. Desde sua formulação o Protocolo de Kyoto foi influenciado pelo poder das peças domésticas australianas, tendo concessões especificamente como uma tentativa de satisfazer as forças internas australianas. Mesmo assim, o *Win-Set* extremamente pequeno moldado pela hostilidade das indústrias relacionadas aos combustíveis fósseis e por um governo que não considerava políticas ambientais como sendo importantes acabou por fazer com que o tratado não fosse ratificado.

Em 2001, entretanto, se iniciou o que posteriormente ficou conhecido como *Millennium Drought* ou Seca do Milênio que se estendeu até 2009 e teve resultados devastantes. Não apenas a população sofreu com a seca, mas também perdas monetárias, com a agricultura sendo parte importante da economia nacional. De acordo com o site governamental South Australia (2023, não paginado):

A Seca do Milênio, de 2001 a 2009, devastou comunidades, indústrias e o meio ambiente, todos dependentes de um Rio Murray saudável para prosperar. A combinação de baixos índices de chuva e os menores afluentes registrados na história resultaram em uma diminuição significativa dos fluxos de água sobre a fronteira para a Austrália do Sul, com impactos sem precedentes. O abastecimento de água de Adelaide foi ameaçado, sendo necessário construir dutos para fornecer água potável às comunidades dos Lower Lakes e sustentar valiosas indústrias horticólicas. O suprimento de água para os quase 4000 irrigantes do sul da Austrália que dependem do Rio Murray foi severamente restrito, causando pressão sobre as indústrias agrícolas e hortícolas, bem como nas comunidades regionais. Trinta e três áreas úmidas foram temporariamente desconectadas para economizar água, correndo o risco de causar danos de longo prazo ao ecossistema.

O desastre foi atribuído fortemente ao aumento da temperatura ocasionado pelas mudanças climáticas, tornando a não adesão ao protocolo e a falta de medidas ambientais do governo um ponto forte de insatisfação popular. Perante o fato, ministros de todos os estados se uniram a uma iniciativa criada pelo economista Ross Garnaut para a criação de um possível projeto de lei ambiental. Economistas, acadêmicos, ministros estaduais e outros grupos insatisfeitos com a política ambiental de Howard desenvolveram o projeto como uma proposta para uma lei que eles consideravam eficiente e justa. Kevin Rudd, na época ainda líder da oposição, se une então ao projeto e o coloca como parte de seu plano de governo (GRAFTON; LAMBIE, 2010).

De acordo com Grafton e Lambie (2010), o crescente criticismo em relação à falta de ações ambientais do governo foi o que motivou o governo Howard a estabelecer metas e planos para limitar as emissões de GEE. No ano de 2007, poucos meses antes da eleição, o governo Howard anunciou o plano de estabelecer um *emissions trading scheme* (AU ETS)<sup>28</sup> ou esquema de comércio de emissões para 2012, com as metas de emissão de GEE da indústria ainda a serem anunciadas. Apesar dos esforços de Howard e do Partido Liberal, o público se manteve com uma opinião muito mais positiva da oposição, que se mostrou muito mais comprometida com as questões ambientais. A força da opinião pública como peça doméstica acaba sendo então o grande causador da mudança de posição do governo em relação às exigências do Regime de Mudanças Climáticas. A incapacidade de satisfazer o público resulta na perda de poder do Partido Liberal.

#### 4.3.3 Kevin Rudd

A diplomacia climática australiana sofreu grandes mudanças com a chegada do trabalhista Kevin Rudd, mandato de 2007 até 2010, com o país ratificando oficialmente o Protocolo de Kyoto no mesmo ano de sua entrada no poder como prometido em sua campanha. Mostrando ainda mais seu apoio às causas ambientais e climáticas, o governo Rudd levou para a Conferência de Copenhague de 2009, também chamada de COP 15, uma grande delegação, apoiando veemente as decisões em prol do meio ambiente. Entretanto, Rudd sofreu duras críticas em conta de sua política interna fraca em questão climática, assim como Howard isso é atribuído às questões internas do parlamento e a força da oposição (BEESON; MCDONALD, 2013).

O planejamento de governo de Rudd possuía muito foco nas questões ambientais e no papel da Austrália no Regime de Mudanças Climáticas. Segundo Grafton e Lambie (2010), no que diz respeito às políticas climáticas de seu governo, muito do que foi feito foi amplamente influenciado pela força da indústria do carvão mineral e relacionadas. Um dos pilares de sua política climática foi o desenvolvimento da AU ETS, oficialmente nomeada de *Carbon Pollution Reduction Scheme* (CPRS), que o governo fez repetidas tentativas de oficializar ao longo de todo a duração do mandato do primeiro-ministro Rudd. A CPRS não foi idealizada

---

<sup>28</sup> O Protocolo de Kyoto estabeleceu um comércio internacional de emissões onde nações que tenham aderido a metas possam podem “trocar emissões”. O esquema de comércio de emissões australiano (chamado de AU ETS no presente trabalho para evitar confusões) seria então uma versão nacional para trocas entre membros das indústrias poluentes e algo implantado em diversos países, cada qual com sua própria ETS (UNFCCC, 2023).

durante o mandato de Rudd, se tratando de uma revisão da iniciativa criada durante o governo Howard de modo independente. Uma versão revisada da CPRS foi finalizada em 2008, mas a lei só foi submetida para votação no parlamento em 2009. A versão da lei apresentada para deliberação oferecia compensações para as indústrias EITE (*Emissions-Intensive, Trade-Exposed*)<sup>29</sup> e as empresas de energia baseadas em carvão mineral muito maiores do que as recomendadas originalmente (GRAFTON; LAMBIE, 2010).

As modificações eram uma tentativa do governo Rudd de facilitar sua aceitação pelos grandes influenciadores da economia australiana, uma jogada para tentar moldar o tabuleiro doméstico a seu favor. Mesmo assim, com todas as concessões sendo feitas numa tentativa de satisfazer a indústria, ambos os setores, indústria energética e indústrias EITE, se posicionaram contra a legislação, argumentando que as compensações, ainda assim, não eram suficientes. Não apenas isso, mas durante o período de votação da lei, a *Greenhouse Mafia* lançou uma campanha multimilionária contra a CPRS, como forma de espalhar sua crença de que o projeto resultaria em demissões em massa (GRAFTON; LAMBIE, 2010). Se a versão alterada da CPRS era a jogada do governo, então a campanha era a jogada da maior coalizão doméstica da Austrália para trazer a opinião pública para o seu lado.

Apesar de ter sido aprovado na Câmara dos Representantes, o projeto foi recusado no Senado. Três meses depois, uma nova versão da lei, com ainda mais assistência para todas as partes do setor do carvão, foi enviada para votação ao Senado, sendo novamente rejeitada. Após esta segunda rejeição do projeto de lei, Rudd recomendou uma dissolução dupla para o governador-geral, tanto da Câmara dos Representantes quanto do Senado. O pedido ocorreu depois que o líder da oposição do Partido Liberal, Malcolm Turnbull, que aceitava a implantação da CPRS, foi substituído por Tony Abbott, que era completamente contra o projeto (GRAFTON; LAMBIE, 2010). Por uma visão baseada na teoria de jogo de dois níveis, pode-se dizer que a mudança de liderança se trata de uma alteração institucional dentro do jogo. Ter o antigo líder, que era de acordo com as ações do governo, substituído por alguém alinhado com as prioridades das principais peças contrárias às medidas ambientais é o que coloca Rudd em extrema desvantagem.

---

<sup>29</sup> As instalações EITE (*Emissions-Intensive, Trade-Exposed*) desempenham um papel fundamental na economia, principalmente no setor de manufatura. Essas indústrias são caracterizadas por liberarem grandes quantidades de emissões de gases de efeito estufa durante seus processos produtivos. No entanto, além desse desafio ambiental, essas indústrias também enfrentam uma competição acirrada em escala nacional e global pelo mercado de seus produtos (QUÉBEC, 2012).

A ideia original de Rudd era manter o projeto de lei intacto e apresentá-lo novamente ao parlamento após o mesmo ser reconvocato em fevereiro de 2010. No entanto, o governo abandonou o projeto durante a campanha para as eleições que iriam ocorrer em agosto do mesmo ano, como forma de desestabilizar a campanha da oposição, já que o Partido Liberal focou muito dela em promover as consequências negativas que a CPRS poderia ter (TAYLOR, 2010). De acordo com Beeson e McDonald (2013), sua falha em seguir internamente sua linha de política externa é considerado um dos motivos para a queda de seu governo e o início da existência de mudanças climáticas como um ponto forte na política da Austrália. Tal falha foi ocasionada pela inabilidade do primeiro-ministro, como jogador em um tabuleiro de dois níveis, de controlar e/ou causar grandes alterações na dimensão doméstica das questões de mudança climática.

#### **4.3.4 Julia Gillard**

Em uma questão de meses antes das eleições gerais, Julia Gillard ganhou um desafio de liderança contra o até então líder dos Trabalhistas Kevin Rudd. Segundo Crowley (2013), as motivações por trás da troca foram a insatisfação interna do próprio Partido Trabalhista Australiano com o trabalho de Rudd como primeiro-ministro e a crença de que seria mais fácil de se manter no poder com um novo líder para representar os trabalhistas. Apesar disso, o partido quase perdeu seu lugar como governo e segurou menos assentos na casa dos representantes do que a coalizão liberal, sendo então forçados a criar acordos com outros partidos. Dentro do jogo de dois níveis, tais ações podem ser vistas como jogadas domésticas para assegurar o poder do jogador. O maior dos acordos, e o único voltado ao meio ambiente, foi realizado com o Partido Verde, uma força crescente na Austrália que tem as questões climáticas como sua prioridade. O acordo previa a formação de um comitê para cuidar de todas as questões ligadas ao meio ambiente.. Parte das especificações dizia:

[...] que a Austrália deve enfrentar as mudanças climáticas e que a redução da poluição de carbono até 2020 exigirá a implementação de um preço sobre o carbono. Portanto, as Partes concordam em formar um Comitê de Mudanças Climáticas bem estruturado, que inclui especialistas e parlamentares representantes do Partido Trabalhista Australiano, dos Verdes, independentes e da Coalizão, comprometidos em enfrentar as mudanças climáticas e reconhecendo que a redução da poluição de carbono até 2020 exigirá um preço sobre o carbono. O Comitê será dotado de recursos semelhantes aos de um Comitê de Gabinete. Até o final de setembro de 2010, as Partes finalizarão a estrutura, composição e plano de trabalho do Comitê. (THE AUSTRALIAN GREENS AND THE AUSTRALIAN LABOR PARTY AGREEMENT, 2010 apud CROWLEY, 2013 p. 608 - tradução nossa)

Assim, criou-se o Comitê Multipartidário de Mudanças Climáticas, o MPCCC<sup>30</sup>, que não apenas foi crucial para a criação de uma nova proposta de lei para substituir a descartada CPRS, mas também para lutar contra a influência do lobby de carvão e energia. Retirar da *Greenhouse Mafia* o título de peça mais poderosa do tabuleiro se mostra então uma necessidade. Ainda segundo Crowley (2013), durante a sua criação, o Comitê convidou a oposição para fazer parte caso eles decidissem priorizar mais as leis ambientais, porém os mesmos recusaram o convite. Após muitas negociações, e se utilizando das pesquisas feitas para a CPRS, uma nova lei de precificação do carbono foi enviada para votação no parlamento. A lei foi aprovada perto do fim de 2011 em ambas as casas do parlamento sem muita diferença no número de votos contra e a favor e entrou em vigor em julho de 2012. A aprovação da lei demonstra a força do Comitê como peça a favor do governo.

A lei de precificação do carbono do governo Gillard foi então chamada de *Clean Energy Package* - Pacote de Energia Limpa e se tratava de uma lei transitória. O primeiro princípio do Pacote de Energia Limpa era que a lei de precificação do carbono (iniciada em julho de 2012) viria a se tornar uma ETS após 3 anos (julho de 2015) e que as especificações de tal ETS seriam definidas pelo Comitê ao longo de tal período. O foco da lei eram as grandes empresas e indústrias, as mais poluentes, desde o setor de energia até processos industriais e transporte. Empresas pequenas ou familiares não eram obrigadas a seguir a lei de precificação, além disso, as emissões causadas pela agricultura e por veículos considerados leves não seriam consideradas para a medida. A ideia era investir todo o dinheiro arrecadado pela taxa do carbono no setor de energia limpa (CROWLEY, 2013).

Em 2012, durante a Rio+20, o governo Gillard apoiou as metas estabelecidas pela conferência e tomou a frente em muitas de suas discussões. Seu governo admitiu os desafios australianos de perda de biodiversidade, necessidade de controlar os seus recursos minerais e diminuição do seu volume de água potável. Em seu documento submetido à Rio+20, a Austrália se prontificou a apoiar e ajudar países mais vulneráveis a obter um desenvolvimento mais sustentável (AUSTRALIAN GOVERNMENT, 2012). Outro ponto muito importante nas discussões australianas durante a Rio+20 foram as políticas e medidas oceânicas. Os oceanos foram um tema chave da conferência e a primeira-ministra Gillard definiu as prioridades da Austrália com o oceano como sendo: eliminar subsídios que incentivam a sobre-pesca; apoiar ações coletivas para restaurar espécies ameaçadas; conservar ecossistemas marinho; e

---

<sup>30</sup> Do inglês *Multi-Party Climate Change Committee*

melhorar o gerenciamento dos oceanos (VINCE; NURSEY-BRAY, 2013). Todas as declarações feitas por Gillard durante a conferência demonstram não apenas sua opinião a favor do Regime de Mudanças Climáticas, mas também seu posicionamento no tabuleiro internacional. Vale acrescentar que a Rio+20 foi uma peça internacional de peso durante o governo Gillard, trazendo grande pressão para que o tabuleiro doméstico se movesse a favor das legislações ambientais.

#### **4.3.5 Tony Abbott**

Em junho de 2013, Kevin Rudd assumiu o comando do país mais uma vez, através de um desafio de liderança, apenas para perder o cargo em setembro, sendo substituído pelo Liberal Tony Abbott. O novo primeiro-ministro foi considerado um cético no que diz respeito às questões climáticas por conta de sua forma de governo. Não apenas suas políticas e ações eram consideradas como anti-ambientais, mas também as próprias falas e declarações. Segundo Webb (2015, não paginado), Abbott dizia que a discussão de mudanças climáticas era "pura besteira" e que a indústria do carvão era "demonizada" pelas narrativas ecológicas. Ações e discursos sobre fontes de energia renováveis mostram ainda uma aversão ao seu desenvolvimento. O governo Abbott durante toda a sua duração apoiou fortemente o desenvolvimento da extração de combustíveis fósseis com um todo (WEBB, 2015).

Segundo McDonald (2015), logo nos primeiros meses da mudança de governo houve várias medidas que o diferenciavam do governo anterior. Um dos primeiros atos com consequência ambiental do governo Abbott foi o revogar da lei de precificação do carbono e do Pacote de Energia Limpa como um todo. Outras ações incluem: desfazer a Comissão Climática<sup>31</sup>, se recusar a mandar algum ministro para a COP 19 e dificultar o financiamento de fontes sustentáveis de energia, a exemplo da energia eólica. O Ministro do Meio Ambiente do governo Abbott considerou a remoção das taxas sobre o carbono como algo positivo e que iria diminuir o preço da energia para a população.

Durante o período de governo de Abbott, o regime internacional de mudanças climáticas exerceu pressão sobre as ações do primeiro-ministro. Segundo Webb (2015), ações governamentais foram feitas para satisfazer tal pressão, algumas dentro de acordos e convenções internacionais. Após o fim da lei de precificação do carbono, o governo ofereceu,

---

<sup>31</sup> Instituição responsável por organizar e disponibilizar o resultado de pesquisas sobre o clima e o meio ambiente para o público.

como incentivo, concessões para qualquer empresa que fosse voluntária a reduzir suas emissões. Conforme as negociações para um novo acordo internacional ambiental se aproximavam, maior a pressão se tornava, forçando a tomada de algum tipo de ação. Por mais que Abbott tenha aceitado adotar um objetivo de redução de emissões para a Austrália, era com números considerados muito baixos. Toda a linha de ações do governo Abbott demonstra a forma como o país lidava com os tabuleiros do Regime de Mudanças Climáticas. Seu posicionamento era baseado em fazer o mínimo necessário para satisfazer as peças do tabuleiro internacional enquanto priorizava peças específicas do tabuleiro doméstico. A necessidade de ações e políticas que agradassem o Regime mostra sua forte influência, mesmo sobre um jogador completamente contra seus princípios.

A tendência do primeiro-ministro de tomar decisões sem levar em conta todas as forças envolvidas nas decisões governamentais faz com que suas ações sejam frequentemente questionadas. Além das questões ambientais, outros posicionamentos do governo Abbott foram considerados extremos e o primeiro-ministro foi gradativamente perdendo o seu apoio tanto dentro do parlamento quanto fora. Meses antes do fim de seu mandato ele perdeu um desafio de liderança para Malcolm Turnbull e deixou o cargo de primeiro-ministro (BBC NEWS, 2015).

#### **4.3.6 Malcolm Turnbull**

Malcolm Turnbull, também liberal, entra em 2015 e deixa o governo em 2018, ratificando o Acordo de Paris e mantendo a Austrália nele em meio a dúvidas instauradas pelo presidente norte-americano Donald Trump<sup>32</sup> (G1, 2016). Mesmo sendo liberal, o governo do primeiro-ministro Turnbull é muito mais favorável no que diz respeito a questões ambientais e climáticas em geral, algo muito diferente do apresentado pelo seu partido até então. Segundo Crowley (2021), é esta posição pró-ambientalista que acaba diminuindo o poder de Turnbull tanto dentro do parlamento quanto de seu próprio partido. Mesmo sendo contrário ao posicionamento de seu antecessor, Turnbull acaba por manter muito do que Abbott fez em seu governo por conta da pressão exercida pelos parlamentares da coalizão liberal.

---

<sup>32</sup> Durante seu governo, o até então presidente dos EUA Donald Trump foi completamente contra o Acordo de Paris e incentivava outras nações a seguirem seu exemplo e se manterem fora do tratado. Segundo o site da Embaixada da Austrália (2022), os EUA são um grande parceiro da Austrália em variadas esferas, tornando as decisões tomadas pelo presidente norte-americano uma fonte de pressão sobre a política australiana.

Segundo Hudson (2019), ao longo do governo Turnbull, medidas ambientais foram criadas e subsequentemente negadas em variados momentos, mesmo que as medidas se apresentassem mais neutras. Em dezembro de 2016, o ministro de energia e meio ambiente de Turnbull, Josh Frydenberg, anunciou uma revisão da política climática e expressou interesse em explorar um esquema de intensidade de emissões recomendado por especialistas. Essa abordagem, conhecida como esquema de *baseline* e crédito, seria aplicada ao setor de geração de eletricidade. No entanto, a pressão de figuras influentes da ala direita, incluindo Abbott, levou o governo a abandonar o projeto em menos de 48 horas após seu anúncio.

No ano seguinte, o governo Turnbull esperava que uma "Avaliação Independente sobre a Segurança Futura do Mercado Nacional de Eletricidade" liderada pelo cientista-chefe Alan Finkel<sup>33</sup>, a pedido do primeiro-ministro, pudesse fornecer uma direção clara para o futuro. Essa avaliação, concluída em meados de 2017, apresentou um total de 50 recomendações. Embora a maioria das recomendações tenha sido considerada aceitável pelos membros da coalizão governista, houve uma exceção importante. O chamado "Objetivo de Energia Limpa" proposto no relatório foi rejeitado pelo governo (HUDSON, 2019). Tais reviravoltas na abordagem das políticas climáticas e energéticas refletem a complexidade do tabuleiro doméstico durante o governo Turnbull, assim como a influência de diferentes facções como peças dentro do governo. As disputas ideológicas e as pressões políticas podem levar a mudanças rápidas nas posições adotadas pelos jogadores, resultando em incertezas e dificuldades na formulação de políticas ambientais coerentes e eficazes.

A terceira tentativa do governo Turnbull e Josh Frydenberg de criar uma política ambiental, conhecida como "Garantia Nacional de Energia" (NEG), teve início no final de 2017 com o objetivo de oferecer segurança aos investidores e estabelecer um mecanismo que permitisse à Austrália se aproximar de seus compromissos do Acordo de Paris, ratificado em novembro de 2016. Em abril de 2018, o ex-primeiro-ministro Tony Abbott e outros defensores da ala conservadora formaram o Fórum Monash, defendendo o apoio estatal à geração de energia a carvão (HUDSON, 2019).

Ainda segundo Hudson (2019), em agosto de 2018, dois governos estaduais se recusaram a apoiar o NEG até que o governo federal fornecesse apoio a suas decisões e, mesmo com Turnbull mantendo o apoio de tais estados, tais confrontos foram o início de uma

---

<sup>33</sup> Entre suas funções atuais, Finkel atua como Conselheiro Especial do Governo Australiano em Tecnologias de Baixas Emissões, Presidente do Conselho Consultivo de Investimentos em Tecnologias de Baixas Emissões da Austrália e Presidente da Stile Education.

diminuição muito rápida de poder dentro do parlamento e de sua popularidade dentro do Partido Liberal. O primeiro-ministro foi desafiado pela liderança por seu ministro de Assuntos Internos, Peter Dutton, um seguidor dos ideais de Abbott, mas foi capaz de continuar como chefe de governo. Em uma tentativa de se manter no poder, Turnbull decidiu desistir de alguns dos pontos chave da NEG, porém os desafios à sua liderança continuaram. No final da última semana em que continuou como primeiro-ministro, Turnbull renunciou ao cargo, sendo substituído por Scott Morrison, então tesoureiro do país. O fato de sua saída ter sido incentivada por sua insistência em defender as políticas ambientais difundiu a crença de que seguir seus passos causaria a queda de poder de qualquer líder do Partido Liberal (CROWLEY, 2021).

A queda do primeiro-ministro Turnbull como líder do governo foi muito influenciada pela tensão existente entre diferentes partes dentro do próprio partido governante, em especial no que diz respeito às divergências em relação às políticas energéticas e ambientais. Isso mostra a existência de diferentes facções ideológicas dentro dos partidos como peças independentes dentro de uma peça maior. Enquanto Turnbull buscava um compromisso com as metas de redução de emissões e o desenvolvimento de energias renováveis, enfrentou forte oposição dos conservadores, liderados por Tony Abbott, que defendiam o apoio à indústria de carvão e alegavam que a transição energética prejudicaria a economia e o emprego. Essa disputa interna refletiu a complexidade das questões climáticas e de políticas ambientais na Austrália e a dificuldade de se jogar no tabuleiro doméstico australiano.

#### **4.3.7 Scott Morrison**

Scott Morrison entra como sucessor liberal de Turnbull em 2018, tendo uma visão oposta do mesmo no que diz respeito às questões climáticas, construindo um governo que defende o setor de carvão australiano. Segundo Crowley (2021), toda sua linha de governo questiona a relevância de pesquisas sobre o clima e o meio ambiente, priorizando a economia e os rendimentos garantidos pelos setores mais ecologicamente controversos. O planejamento de seu governo para as legislações climáticas era simplesmente não fazer nenhuma modificação nas leis pré-existentes. O governo Morrison afirmava que os objetivos da Austrália para com o Acordo de Paris e suas metas para 2030 seriam alcançados sem necessidade de mudança.

Considerando o posicionamento estagnado de Morrison em relação ao meio ambiente, um grupo de cientistas ambientais renomados e de legisladores australianos conceberam um estudo mostrando que, ao contrário do que foi afirmado pelo governo, o país seria incapaz de atingir suas metas ambientais para 2030 se continuasse com suas leis herdadas dos governos anteriores. No âmbito internacional, a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico chegou no mesmo resultado, afirmando que as leis australianas eram ineficazes e que políticas mais fortes seriam necessárias. A OCDE enviou ainda para o governo Morrison recomendações de pontos que deveriam ser considerados na criação das novas leis. As recomendações seguiam 5 (cinco) principais pontos: 1) A necessidade de políticas fortes e integradas nacionalmente que levassem em conta tanto as metas de 2030 quanto as de 2050, 2) A necessidade de o governo guiar toda a transição energética do país, levando em consideração as especificações de cada setor e indústria, 3) A necessidade de se ter pesquisas focadas em compreender as possíveis consequências (positivas e negativas) das políticas a serem implementadas, 4) A necessidade de o governo deixar claro a importância das políticas e o papel de cada uma delas e 5) A necessidade de padronizar tanto a qualidade dos combustíveis utilizados em veículos quanto os limites de emissão de cada veículo, levando em consideração os padrões internacionais (CROWLEY, 2021).

De acordo com Crowley (2021), a possibilidade de uma temporada de incêndios sem precedentes e a nível de catástrofe teria sido prevista durante o governo Rudd, nas pesquisas para a confecção da CPRS. Ao longo dos incêndios que duraram meses entre os anos de 2019 e 2020, mais de uma vez aconteceram manifestações contra o governo e sua falta de ação. As maiores aconteceram em janeiro de 2020 e foram organizadas por estudantes e transmitidas ao vivo em redes sociais. Cidades como Sydney, Melbourne e Camberra tiveram suas principais vias bloqueadas pela comoção que pedia a saída de Scott Morrison do governo. Vale mencionar ainda que a capital do país, assim como a cidade de Melbourne, se tornou parte da lista de lugares mais poluídos do mundo durante as queimadas por conta da poluição do ar (DW, 2020).

Além destas manifestações, anteriormente à ocorrência das queimadas, o governo já sofria certa pressão por mudança de política. Grupos nativos das ilhas do Estreito de Torres apresentaram em maio de 2019, uma semana antes das eleições parlamentares que mantiveram Scott Morrison no poder, uma queixa formal ao Comitê de Direitos Humanos da ONU alegando que a falta de atitude do governo em relação a questões ambientais poderia ser considerado uma violação dos direitos humanos como um todo. A base da alegação foi o fato

de que o aquecimento global e as mudanças climáticas estariam ameaçando a vida nas ilhas já que a elevação do nível do mar está ameaçando tanto suas moradias quanto seus locais sagrados (20 MINUTES AVEC AFP, 2019).

O fato de Morrison ter continuado como primeiro-ministro durante todo o mandato mostra que, apesar da insatisfação pública, seu partido ainda apoiava seu governo e seus ideais, mantendo o mesmo como líder do Partido Liberal. Isto pode ser visto ao visitar o site da campanha de 2022 do Partido Liberal, onde Scott Morrison continua sendo apontado como aquele que teria, ou continuaria tendo em seu caso, o cargo de primeiro-ministro caso os liberais formassem o governo após a eleição. Ao se avaliar a situação, pode-se dizer que, mesmo com as manifestações, os liberais continuavam com a certeza de que as questões apontadas pelos manifestantes não fariam grande diferença ou que seriam minoria dentro do grande eleitorado australiano. Ao longo do governo Morrison, pode ser visualizado insatisfação em ambos os tabuleiros no que diz respeito às decisões do primeiro-ministro como jogador. As semelhanças entre muitas das críticas apontadas em ambos os níveis demonstram uma tendência de Morrison e seu governo à ignorar certos pontos, peças e movimentos ao seu redor em prol de seguir sua própria linha ideológica.

O tabuleiro dividido de seu governo, com seu partido de um lado e seus críticos de outro, Morrison teve o apoio que precisava para não perder sua posição durante seu mandato, mas não o que precisava para vencer a eleição seguinte. Isto se deve ao fato de a opinião interna de um partido, na maioria dos casos, ter um peso muito maior dentro de um mandato em andamento, enquanto a opinião pública e o poder de seus opositores são as peças centrais durante os períodos de eleição. Ao se analisar tanto a campanha do Partido Liberal (2022) quanto a do Partido Trabalhista (2022), é possível perceber que muitos dos pontos liberais criticados pela opinião pública são pontos extensivamente trabalhados na campanha trabalhista. A vitória de Anthony Albanese como primeiro-ministro seria então uma indicação de que o tabuleiro doméstico australiano estaria muito mais de acordo com os ideais apresentados pelos trabalhistas.

#### **4.3.8 Anthony Albanese**

Anthony Albanese eleito em 23 de maio de 2022 assume o posto de primeiro-ministro com um discurso pró meio ambiente com grandes objetivos em relação à matriz energética australiana. Albanese entra também em meio a um desastre ambiental prolongado e começo

da crise energética<sup>34</sup> no mundo que aumentou a busca por energias mais poluentes, como o carvão mineral, com o país passando por seu terceiro ano de incêndios, enchentes e outros desastres. O governo Albanese, que subiu ao poder por conta da insatisfação do povo com o governo anterior, prometeu seguir uma linha extremamente voltada a recuperar o ambiente trágico da Austrália (DW, 2022).

Toda a campanha eleitoral foi voltada para a energia e as emissões, com o cerne e slogan do plano de governo sendo "Energizando a Austrália: o plano trabalhista para a criar empregos, diminuir contas de luz e reduzir emissões através do impulsionamento de energias renováveis" (LABOR, 2022; tradução própria). As ações pretendidas pelo governo Albanese foram todas abertas ao público no site da campanha, assim como toda a pesquisa feita para basear tais decisões. Bater a meta de redução de 2030, se manter dentro do Acordo de Paris e preparar a Austrália para atingir emissões zero até 2050 foram todos listados como sendo parte dos objetivos do primeiro-ministro e seu plano de governo (LABOR, 2022). Durante o primeiro ano de governo de Albanese, já pode ser notado o cumprimento de algumas de suas promessas:

A mudança climática tem sido *kryptonita* política para os líderes australianos na última década, contribuindo para a queda de vários primeiros-ministros em ambos os lados do corredor. Mas a aprovação de uma nova lei de redução de emissões pode ser o começo do fim das "guerras climáticas" da nação rica em recursos. O projeto de lei do clima assinado pelo primeiro-ministro Anthony Albanese foi aprovado no parlamento na sexta-feira. A legislação irá impor limites de emissões de carbono a 215 dos maiores poluidores de combustíveis fósseis do país, exigindo que reduzam as emissões em 4,9% a cada ano até 2030 ou paguem para compensá-los por meio de um esquema de crédito de carbono (NIKKEI ASIA, 2023; tradução própria).

Além da legislação acima mencionada, Albanese se empenhou em agir internacionalmente de maneira similar, deixando claro que ações ambientais são necessárias para melhorar sua relação com seus vizinhos, todos muito suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas<sup>35</sup>. Uma das ações internacionais do governo foi a assinatura de um acordo bilateral com os EUA, onde, segundo a Casa Branca (2023), o foco na expansão de energias limpas foi oficializado com um dos pilares da já existente Aliança EUA-Austrália, com o presidente norte-americano Joe Biden demonstrando ideologias semelhantes às de

---

<sup>34</sup> A crise energética dos últimos anos possui causas variadas e complexas, desde questões climáticas e a pandemia até questões econômicas e a guerra na Ucrânia (RB ENERGIA, 2022).

<sup>35</sup> Atualmente, existe certa pressão para que a Austrália aceite dar apoio e liberar a entrada para refugiados ambientais. Por este tipo específico de refugiado não estar catalogado em nenhuma convenção internacional de direitos humanos, o país se encontra no direito de mandar embora qualquer um que apele por abrigo por motivos ambientais, algo que tem sido feito a anos (JOHANSEN, 2022).

Albanese. Ainda como forma de apoiar o desenvolvimento de energias renováveis, o governo Albanese disponibilizou de forma pública dados e números referentes à situação ambiental australiana, suas emissões de gases de efeito estufa, as decisões que já foram tomadas em prol das políticas ambientais, assim como as ações planejadas pelo governo para o futuro. A ideia seria a de que a transparência com relação às questões climáticas traga investimentos internacionais para o país no setor de energias renováveis (BOWEN, 2023).

Em meio à política doméstica australiana, o governo vem enfrentando críticas contraditórias em suas ações. Os conservadores, em especial a Coalizão Liberal, se referem às leis referentes às emissões como sendo uma nova "taxa do carbono", mantendo as mesmas críticas que tiveram em relação às políticas dos governos Rudd e Gillard. Por outro lado, o Partido Verde e seus aliados veem as novas leis como sendo insuficientes e muito leves, deixando muito a desejar e facilitando muito para as indústrias de carvão e outros combustíveis. Em frente às críticas opostas, o primeiro-ministro afirmou que isto implica que o governo está fazendo exatamente o que pretendia: se mantendo no meio termo entre as duas ideologias (LOWREY, 2023).

Na esfera privada doméstica, as indústrias e empresas mais poluentes aceitaram as novas leis, as considerando uma necessidade. A nova forma de reação em relação às leis ambientais são consequência das leis e ações tomadas por outros países do sistema internacional. A possibilidade de taxaçoão ou penalidade que seus negócios possam sofrer em outros países vem se tornando cada vez maior, o que mostra a necessidade de se adequar a nova maneira de pensar do mundo (LOWREY, 2023). Estas mudanças ocorridas entre os membros do *lobby* de carvão, que tem toda a sua história de poder e influência sobre o governo, demonstram a forte pressão que as forças pró-ambientais existentes no tabuleiro internacional exercem sobre o tabuleiro doméstico australiano e suas peças. Nenhuma das ações de outras peças domésticas ou do próprio governo foram capazes de influenciar a *Greenhouse Mafia* em nenhum momento, mostrando sua força doméstica dentro da Austrália. A capacidade do tabuleiro internacional de mover o que poderia muito bem ser considerada a peça mais forte do jogo doméstico australiano nas últimas décadas pode ser vista como uma confirmação do poder do Regime Internacional de Mudanças Climáticas sobre a política interna dos Estados.

Durante seus primeiros anos de governo<sup>36</sup>, Albanese se mostrou capaz de seguir suas promessas de campanha sem maiores problemas. Parece determinado a se mover pelos

---

<sup>36</sup> Última atualização de dados em junho de 2023.

tabuleiros de maneira a não bater de frente com nenhuma possível força para que seus objetivos possam ser alcançados sem grandes oposições. Até o momento, o nível de facilidade com que as decisões do governo vêm sendo aceitas demonstra uma posição favorável e em concordância com os ideais das peças de maior poder em ambos os tabuleiros que se formam ao redor das mudanças climáticas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado se tratou de uma tentativa de compreender as complexidades das tomadas de decisão e das ações dos governos utilizando como objeto de análise do estudo de caso a Austrália e sua relação com o meio ambiente e o Regime de mudanças climáticas. Seu desenvolvimento foi feito tendo como foco seu objetivo geral de “Descobrir como o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas.”. Para alcançar tais objetivos o trabalho se utilizou de 3 objetivos específicos: 1) Compreender os e instrumentos envolvidos com a questão ambiental por meio da Teoria de Regimes Internacionais; 2) Descobrir mais sobre as semelhanças, contradições e divergências entre os governos do período estudado, levando em conta o partido de cada primeiro-ministro e 3) Mapear os atores do tabuleiro doméstico envolvidos no jogo analisado. Tendo em mente o melhor entendimento do assunto, o presente trabalho se dividiu em 3 capítulos de desenvolvimento (e 5 capítulos no total).

O capítulo 2. BASE TEÓRICA DO ESTUDO DE CASO, o primeiro capítulo de desenvolvimento, é onde foram explicadas as teorias de Relações Internacionais utilizadas para análise do caso em questão, assim como conceitos e ideias que serviram de base para alcançar os objetivos do trabalho. Para isso, o capítulo se dividiu em três seções, cada uma com um foco teórico. Como contexto, a seção 2.1 Neoliberalismo nas Relações Internacionais explicou as afirmações e os pressupostos sobre o funcionamento do mundo compreendido pelas teorias principais do trabalho. Conceitos cunhados por esta vertente teórica das Relações Internacionais, assim como os acontecimentos que motivaram seu desenvolvimento estão compreendidos em tal seção. É onde acontece a explicação inicial da relação de interdependência dos Estados, o papel de instituições internacionais e o fenômeno de formação de regimes internacionais.

Já a seção 2.2 Teoria de Regimes Internacionais focou em explicar o funcionamento dos regimes internacionais de forma mais detalhada, demonstrando sua complexidade. Para dar mais abrangência à análise mais de uma linha teórica foi apresentada na seção. De forma geral fica claro que a existência dos Regimes Internacionais serve um propósito: coordenar os Estados na busca por atingir objetivos em comum. As divergências teóricas do tema se formam ao se considerar a real força de influência dos Regimes e o quanto eles afetam cada Estado. Ao se afirmar que os Regimes, mesmo sendo considerados como tendo objetivos

positivos a longo prazo, são uma força de influência em vez de uma força de controle, se admite a existência de pressões contrárias aos seus ideais.

Para analisar a força e a relevância das pressões nacionais e internacionais, a seção 2.3 Teoria de Jogos de Dois Níveis trabalha a teoria criada por Robert D. Putnam, na qual ele afirma que para compreender completamente as influências e consequências das ações tomadas pelos líderes dos Estados é preciso analisar tanto o nacional quanto o internacional. Na seção em questão, as pressões colocadas sobre decisões foram explicadas como um jogo com dois tabuleiros, onde cada ação, considerada como uma jogada, afeta ambos os tabuleiros, independente de onde a decisão seja tomada. Como parte do jogo, as forças presentes em cada tabuleiro, internacional e doméstico, foram definidas como peças a serem consideradas pelo líder no Estado em questão, sendo este o jogador. De maneira geral, toda vez que uma ação é tomada por um líder internacional, ambos os tabuleiros se movem, como forma de representar que cada decisão tomada nacionalmente está aberta a ser julgada e pressionada pelas forças presentes no Sistema Internacional e vice-versa.

No capítulo 3. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS, os achados ecológicos, efeitos e base científica das mudanças climáticas foram trabalhados, assim como a evolução do Regime Internacional de Mudanças Climáticas ao longo dos anos. Com o capítulo sendo dividido em duas seções, a primeira, intitulada 3.1 Mudanças Climáticas, focou inicialmente em apresentar dados comprovando a existência das mudanças climáticas, para depois apresentar seus efeitos no território australiano. Deixou claro que o aumento da temperatura do planeta não apenas é algo real mas também traz mais consequências do que o esperado e que países mais quentes, como a Austrália, tendem a sofrer ainda mais com os efeitos dessa mudança.

Na seção 3.2 Conferências e Convenções Ambientais, foi apresentada a linha histórica da evolução das convenções e acordos internacionais sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas, indo de 1992 com a ECO-92 até 2023, com o Acordo de Paris sendo o último item listado. As informações pertencentes à esta seção foram analisadas a partir da visão da Teoria de Regimes Internacionais, explicando as consequências e significados das ações tomadas dentro do Regime Ambiental e o sub-Regime de Mudanças Climáticas. A relação da Austrália com ambos os acordos estudados, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, foi também apresentada. Foi nesta parte do texto que o objetivo 1) Compreender os e instrumentos envolvidos com a questão ambiental por meio da Teoria de Regimes Internacionais foi alcançado.

Ao se utilizar da Teoria de Regimes Internacionais como lente para análise da linha histórica que se forma ao redor do tema ambiental e seus respectivos regimes, foi possível notar uma série de questões, assim como a evolução da força de tais regimes. Utilizando-se da ECO-92 como marco inicial da delimitação do presente trabalho, é possível considerar a mesma como um ponto central tanto da expansão do Regime Ambiental quanto da formalização do Regime de Mudanças Climáticas. A Teoria de Regimes Internacionais designa os regimes como fontes de pressão em prol do que os mesmos defendem. No que diz respeito às questões ambientais, as reuniões periódicas implementadas pela conferência seriam, então, as primeiras ferramentas do Regimes de Mudanças Climáticas para conduzir os Estados ao mesmo objetivo, enquanto os acordos internacionais seriam os instrumentos mais fortes e detalhados. Analisando os marcos, participantes e a crescente popularidade de acontecimentos chave na linha temporal em questão, é possível enxergar o lento mas constante crescimento dos regimes atrelados aos eventos utilizados como base de pesquisa.

O último capítulo do desenvolvimento, nomeado 4. AUSTRÁLIA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, foi separado em três seções, tendo a Austrália como foco principal. A primeira parte do estudo sobre o país foi a seção 4.1 Panorama Geral da Austrália, que focou em apresentar fatos sobre a realidade do país e incluiu temas como sua geografia, economia e meio ambiente, além de mencionar novamente o grande número de desastres naturais em território australiano. Apresentou mapas para melhor visualização do país, demonstrando sua natureza e geografia em ambos. A economia do país foi detalhada e outros pontos relevantes foram mencionados. Já a seção 4.2 Legislação e Governo na Teoria e na Prática focou em apresentar a legislação governamental australiana, a forma como os partidos e políticos agem na prática, assim como as peças de influência nas decisões governamentais.

A seção 4.3 Partidos e Primeiros-Ministros, a mais longa seção deste trabalho, apresentou os principais partidos políticos da Austrália, como contextualização do cenário político do país, antes de detalhar as ações ambientais de cada primeiro-ministro e as influências por trás delas. A conexão entre ações e influências foi analisada utilizando a Teoria de Jogos de Dois Níveis como base teórica, com as forças de pressão sendo categorizadas de acordo com os termos e dinâmicas presentes na teoria. Pode-se notar ainda ao longo do texto, a constante mudança na relação entre o governo australiano, o meio-ambiente e a política ambiental. Os objetivos 2) Descobrir mais sobre as semelhanças, contradições e divergências entre os governos do período estudado, levando em conta o

partido de cada primeiro-ministro e 3) Mapear os atores do tabuleiro doméstico envolvidos no jogo analisado foram alcançados nesta seção.

Observando os acontecimentos de cada governo pode-se chegar a vários resultados que nos levam a uma conclusão. É possível notar pontos em comum entre membros de um mesmo partido de forma geral, com uma ou outra exceção, posicionando o Partido Trabalhista como mais pró-ambiental e o Partido Liberal como mais pró-economia. No começo, durante o governo Keating, pode ser observado o surgimento de uma das peças domésticas mais poderosas dentro da Austrália: a *Greenhouse Máfia* e seu *lobby*. Com as indústrias mais poluentes (relacionadas aos combustíveis fósseis) sendo tão fortes e importantes dentro do país, se mostrou muito difícil para grande parte dos primeiros-ministros ir contra as demandas de tal *lobby*, com apoio sempre se mostrando necessário. Isto pode ser notado, por exemplo, ao se considerar a criação do MPCCC durante o governo Gillard e a forte pressão externa do Regime de Mudanças Climáticas sobre a *Greenhouse Máfia* como sendo pontos chave para que ambos os governos fossem capazes de aprovar suas leis ambientais. A falta de tal apoio durante os governos Rudd e Turnbull teriam, então, contribuído para o fracasso de ambos em seguir em frente com seus planos de ação.

O crescimento já mencionado do poder de influência do Regime de Mudanças Climáticas pode ser visto também no tabuleiro doméstico australiano. Enquanto os primeiros governos, Keating e Howard, foram capazes de ignorar completamente as questões ambientais, os outros governos não tiveram a mesma facilidade. A eleição do governo Rudd, e subsequentemente o Gillard, foi graças ao descontentamento da população com a falta de ações que lutassem contra as mudanças climáticas, mas ainda assim Rudd foi incapaz de ir contra o forte *lobby* das indústrias poluentes. Nos governos liberais subsequentes, certo aumento de poder internacional pode ser identificado em prol do meio ambiente. Ações ambientais pequenas foram tomadas por Abbott para satisfazer a pressão internacional, mesmo com o próprio primeiro-ministro sendo completamente contra tais medidas. Turnbull foi capaz de passar a ratificação do Acordo de Paris mesmo com os membros de seu governo tendo opiniões contrárias às medidas climáticas. Morrison foi capaz de se manter até o fim de seu mandato sem fazer grandes mudanças, porém, este foi justamente um dos grandes motivos para o Partido Liberal perder o governo para o Partido Trabalhista.

É durante o governo Albanese que a real força do regime foi realmente compreendida. A importância dada às questões ambientais por parte de parceiros importantes para a Austrália, a exemplo dos EUA, é clara e um ponto a se considerar ao tomar decisões que

afetem o meio ambiente. O comprometimento de grande quantidade de países do Sistema Internacional com os objetivos do Regime de Mudanças Climáticas fez com que as leis planejadas por Albanese passassem sem desencadear grande conflito com a *Greenhouse Mafia*, com suas partes cedendo ao recém instaurado receio de represália internacional em seu comércio exterior. A atual influência do Regime Ambiental e do Regime de Mudanças Climáticas sobre a política interna das nações pode então ser compreendida como muito superior quando comparado com seu poder em 1992 durante o governo Keating.

É nesta hora então que o problema de pesquisa apresentado no início do trabalho pode ser então respondido. Ao se inquirir “De que maneira o tabuleiro doméstico e o tabuleiro internacional influenciam nas tomadas de decisões dos governos australianos dentro do Regime Internacional de Mudanças Climáticas?”, a primeira resposta seria afirmar que os tabuleiros agem tanto como guias quanto como origem de pressão, sendo necessário sempre avaliar ambos ao se tomar decisões. Quando analisados os próprios tabuleiros, percebe-se que as indústrias com maior relevância dentro da economia australianas se mostram como principal peça doméstica, enquanto o próprio Regime Internacional de Mudanças Climáticas acaba por ser a peça de maior influência no tabuleiro internacional. A análise da linha do tempo de 1992 até 2023 revela ainda que o nível de influência de tais peças aparenta ser inverso. Em 1997, o Protocolo de Kyoto deu concessões à Austrália graças à relevância interna das indústrias da *Greenhouse Mafia* e mesmo assim o governo Howard rejeitou o acordo. Já em 2023, as mesmas indústrias foram obrigadas a aceitar a implantação de leis ambientais por conta do receio de represália por parte dos países aderentes ao Acordo de Paris. Sendo assim, compreender os tabuleiros é essencial nas tomadas de decisões, com o Regime de Mudanças Climáticas se tornando cada vez mais influente dentro do tabuleiro internacional.

## REFERÊNCIAS

ACERVO DIGITAL UNESP. **Protocolo de Kyoto**. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66267/7/7\\_protocolo\\_kyoto.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66267/7/7_protocolo_kyoto.pdf). Acesso em: 14 de abril de 2023.

ACORDO de Paris. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**. 21º Conferência das Partes (COP21), dezembro de 2015.

AUSTRÁLIA. [Constituição (1900)]. **Commonwealth of Australia Constitution Act**. Austrália: Parliament of Australia, 2022. Disponível em: <https://www.aph.gov.au/constitution>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

AUSTRALIA and the United States. **Embassy of Australia**, 2022. Disponível em: <https://usa.embassy.gov.au/australia-and-united-states>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

AUSTRÁLIA entra em recessão após 30 anos de crescimento. **Exame**, 2 set. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/australia-entra-em-recessao-apos-30-anos-de-crescimento/>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Australia: State of the Environment**. [S.I.]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://soe.dcceew.gov.au/>. Acesso em: 19 de agosto de 2022.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water**. [S.I.]: [s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.industry.gov.au/news/key-initiatives-australia-joined-at-cop26-glasgow#:~:text=At%20COP26%2C%202022%20governments%20and,net%20zero%20emissions%20by%202050>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Our Country**. [S.I.]: [s.i.], 2022. Disponível em: <https://www.australia.gov.au/our-country>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

AUSTRALIAN Labor Party. **Our Policies**. Disponível em: <https://alp.org.au/policies>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

AUSTRALIA's Nationally determined contribution. **Australian Government Department Of Industry, Science, Energy And Resources**, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Australias%20NDC%20June%202022%20Update%20%283%29.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

AUSTRALIA's Submission to the Rio+20 Compilation Document. **Australian Government**, 2012. Disponível em: [https://read.crawford.anu.edu.au/public\\_policy\\_community/workshops/rio20\\_towards\\_sustainable\\_development/Rio+20\\_Compilation\\_Document.pdf](https://read.crawford.anu.edu.au/public_policy_community/workshops/rio20_towards_sustainable_development/Rio+20_Compilation_Document.pdf). Acesso em: 14 de agosto de 2022.

AUSTRÁLIA na COP26: objetivo é superar a meta assumida no Acordo de Paris. **Além da Energia**, ago. 2021. Disponível em: <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/australia->

na-cop26-objetivo-e-superar-a-meta-assumida-no-acordo-de-paris/. Acesso em: 13 de nov. 2022.

AUSTRALIAN PM Tony Abbott ousted by Malcolm Turnbull. **BBC News**, 16 set. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-australia-34245005>. Acesso em: 21 de maio de 2023.

AUSTRÁLIA ratifica acordo de Paris sobre o clima. **G1**, nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/11/australia-ratifica-acordo-de-paris-sobre-o-clima.html>. Acesso em: 3 de nov. de 2022.

BIDEN, Joe; ALBANESE, Anthony. Remarks by President Biden and Prime Minister Albanese at signing of the Australia-U.S. Statement of Intent on Climate, Critical Minerals, and the Clean Energy Transformation. **The White House**, 20 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2023/05/20/remarks-by-president-biden-and-prime-minister-albanese-at-signing-of-the-australia-u-s-statement-of-intent-on-climate-critical-minerals-and-the-clean-energy-transformation/>. Acesso em: 14 de jun. de 2023.

BIOMES of the World. **UCMP Berkeley**, s.d. Disponível em: <https://ucmp.berkeley.edu/exhibits/biomes/index.php>. Acesso em: 2 de jun. de 2023.

BEESON, M.; MCDONALD, M. (2013), The Politics of Climate Change in Australia. **Australian Journal of Politics & History**, 59: 331-348. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/ajph.12019> Acesso em: 5 de set. de 2022.

BOWEN,Chris. Albanese government continues to deliver climate transparency. **Department of Climate Change, Energy, and Water**, Austrália, 2023. Disponível em: <https://minister.dcceew.gov.au/bowen/media-releases/albanese-government-continues-deliver-climate-transparency>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Eco-92**, 2012?. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/e-co-92>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

CAMARGO, Alan G.; JUNQUEIRA, Cairo G. B. A teoria neoliberal nas relações internacionais: o tripé institucional e o papel do estado. **Revista O debatedouro**, 2013.

CARVALHO, Amanda Borges. Brexit: uma análise a partir dos jogos de dois níveis. 2018. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – **Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12985> Acesso em: 3 de jun. de 2022.

CLIMATE CHANGE IN AUSTRALIA. **Changing Climate - Climate Trends**. Disponível em: <https://www.climatechangeinaustralia.gov.au/en/changing-climate/climate-trends/>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. The Australian Government's Initial Report under the Kyoto Protocol. **Department of Climate Change**, 2008.

CONFERÊNCIA das Partes (COP). **PROCLIMA - Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo**. [S.I.]: [s.i.], 2022. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencia-das-partes-cop/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

CONFERÊNCIA das Partes. **RIO+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. [S.I.]: [s.i.], 2022. Disponível em: [http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/). Acesso em: 20 de setembro de 2022.

CRISE energética mundial. **RB Energia**, 2022. Disponível em: <https://www.rbenergia.com.br/blog/crise-energetica-mundial/>. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

CROWLEY, Kate. Fighting the future: The politics of climate policy failure in Australia (2015–2020). **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 12, n. 5, p. e725, 2021. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wcc.725>. Acesso em: 3 de junho de 2023.

CROWLEY, Kate. Pricing carbon: the politics of climate policy in Australia. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 4, n. 6, p. 603-613, 2013. Disponível em: <https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wcc.239>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

CSIRO - Commonwealth Scientific And Industrial Research Organisation. **About us - We are CSIRO**, 2020. Disponível em: <https://www.csiro.au/en/about/We-are-CSIRO>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

DINIZ, E. M. **Os Resultados da RIO+10**. Revista do Departamento de Geografia, v.15, p.31-35, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/47294/51030/57069>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

EMISSIONS-Intensive Trade-Exposed (EITE) Companies. **Québec**, 2012. Disponível em: <https://www.environnement.gouv.qc.ca/changements/carbone/entreprises-fieeec-en.htm>. Acesso em: 7 de jun. de 2023.

EMISSIONS Trading. **UNITED NATIONS**, 2013. Disponível em: <https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol/mechanisms/emissions-trading#:~:text=Emissions%20trading%2C%20as%20set%20out,of%20emission%20reductions%20or%20removals>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

GIL, Antônio C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. **Editores Atlas S. A.**, 6 ed., 2008, São Paulo, cap 2-3. Disponível em: [https://portalvirtual.unisc.br/moodle/pluginfile.php/620570/mod\\_resource/content/1/GIL%202008%20%5BCap%CC%81tulos%20%20e%203%5D.pdf](https://portalvirtual.unisc.br/moodle/pluginfile.php/620570/mod_resource/content/1/GIL%202008%20%5BCap%CC%81tulos%20%20e%203%5D.pdf). Acesso em: 18 de junho de 2021.

GRAFTON, R. Q.; LAMBIE N. R. Australian Coal and Climate Change Mitigation. **Harvard Asia Pacific Review**, 2010, Disponível em:

[https://crawford.anu.edu.au/pdf/staff/quentin\\_grafton/2010/Australian%20Coal%20and%20Climate%20Change%20Mitigation.pdf](https://crawford.anu.edu.au/pdf/staff/quentin_grafton/2010/Australian%20Coal%20and%20Climate%20Change%20Mitigation.pdf). Acesso em: 5 de maio de 2023.

GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. **Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20**: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. *Cadernos Ebape*. BR, v. 10, p. 508-532, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/zgc38BzxyVtgM4Trbps57xC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

HUDSON, Marc. 'A form of madness': Australian climate and energy policies 2009–2018. *Environmental Politics*, v. 28, n. 3, p. 583-589, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09644016.2019.1573522?journalCode=fenp20>. Acesso em: 1 de junho de 2023.

INCÊNDIOS levam australianos às ruas contra o governo. *DW*, jan. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/inc%C3%AAdios-levam-australianos-%C3%A0s-ruas-contr-a-og-Overno/a-51956863>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

INCÊNDIOS na Austrália geram críticas a primeiro-ministro que defende setor do carvão e nega mudanças climáticas. *G1*, dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/12/23/incendios-na-australia-geram-criticas-a-primeiro-ministro-que-defende-set-or-do-carvao-e-nega-mudancas-climaticas.ghtml>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

INCÊNDIOS na Austrália: o meio ambiente não tem fronteiras. *WWF- Australia*, jan. 2020. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias\\_meio\\_ambiente\\_e\\_natureza/?74742/Incendios-na-Australia-o-meio-ambiente-nao-tem-fronteiras](https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?74742/Incendios-na-Australia-o-meio-ambiente-nao-tem-fronteiras). Acesso em: 6 de junho de 2021.

INTERGOVERNMENTAL Panel On Climate Change. **Climate change 2007: The physical science basis**. 2007. Disponível em: [https://www.slvwd.com/sites/g/files/vyhlf1176/f/uploads/item\\_10b\\_4.pdf](https://www.slvwd.com/sites/g/files/vyhlf1176/f/uploads/item_10b_4.pdf). Acesso em: 30 de maio de 2022.

JACOBI et al. O que indicam os incêndios na Austrália: reflexões sobre seus alcances. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/M4TTVsbw6DrTyrZkFRYxzTp/?lang=pt>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

JOHANSEN, Chris. Climate Refugees and Australia. **Magazine of the Green Party of Western Australia**, 2022. Disponível em: <https://greens.org.au/wa/magazine/climate-refugees-and-australia>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

KEOHANE, Robert O. After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy. **Princeton university press**, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Power and Interdependence: World Politics in Transition. **Glenview, IL: Scott, Foresman and Company**, 1977.

KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, p. 93-110,

2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/b9xbgR49ZTvbzLq5RKfZrDg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

KOUSSER, Thad; TRANTER, Bruce. The influence of political leaders on climate change attitudes. **Global Environmental Change**, v. 50, p. 100-109, 2018. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378017309299>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

LIMA, Péricles Pedrosa. Os jogos de dois níveis de Putnam, a política externa ambígua de Vargas e o projeto desenvolvimentista. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 5, n. 9, p. 127-157, 2006. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/4079/4330>. Acesso em: 3 de jun. de 2023.

LIBERAL Party of Australia. **Our Policies**. Disponível em:

<https://www.liberal.org.au/our-policies>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

LIST of rivers of Australia. **WIKIPEDIA**, the free encyclopedia. Florida:

[https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_rivers\\_of\\_Australia](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_rivers_of_Australia). Acesso em: 4 de jun. de 2023.

LISTA de Primeiros-Ministros da Austrália. **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista\\_de\\_primeiros-ministros\\_da\\_Austr%C3%A1lia&oldid=63645147](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_primeiros-ministros_da_Austr%C3%A1lia&oldid=63645147). Acesso em: 3 de maio de 2022.

LOWREY, Tom. Response to safeguard mechanism 'good sign' for end of climate war. **ABC News**, 18 jan. 2023. Disponível em:

<https://www.abc.net.au/news/2023-01-19/response-to-safeguard-mechanism-good-sign-for-end-of-climate-war/101867156>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MACHADO, Flavio Paulo Meirelles; SANTOS, Maurício Sampaio do. **Regimes internacionais: teoria e metodologia de análise da efetividade dos regimes ambientais**. 2009. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/view/743/619>. Acesso em: 29 de out. de 2022

MCDONALD, Matt. Climate security and economic security: The limits to climate change action in Australia?. **International Politics**, v. 52, p. 484-501, 2015. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2015.5>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

MENEZES, Ana Karina Paiva Frota de. Jogos de Dois Níveis: Uma Análise da Política Externa Brasileira (2019-2020). Tese de Doutorado. **Universidade de Lisboa**, Portugal, 2021. Disponível em:

<https://www.proquest.com/openview/0bc4ba20d17a4fe22156bb636250037d/1?pq-origsite=scholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 23 de out. de 2022.

MILLENNIUM drought. **Government of South Australia**, 2010. Disponível em:

<https://www.environment.sa.gov.au/topics/river-murray/current-dry-conditions/millennium-drought>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

NOVO premiê promete fazer da Austrália uma superpotência em energia renovável. **BBC News**, maio de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61542244>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

OMM - Organização Meteorológica Mundial. Alterações no clima este ano mostram necessidade de mais ações em 2023. **ONU News**, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/12/1807207>. Acesso em: 17 abr. 2023.

OUTLINE of Australia. **WIKIPEDIA**, the free encyclopedia. Florida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Outline\\_of\\_Australia](https://en.wikipedia.org/wiki/Outline_of_Australia). Acesso em: 24 de maio de 2023.

PERINI, Carlos. Reivindicações Constitucionais dos Povos Aborígenes. **CEPIM - Centro de Estudos Sobre a Proteção Internacional de Menorias**. Disponível em: <https://sites.usp.br/gepim/reivindicacoes-constitucionais-dos-povos-aborigenes/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PIVETTA, Marcos. Austrália em chamas. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, edição 288, p. 32-35, fev. 2020. Disponível em: [https://revistapesquisa.fapesp.br/wpcontent/uploads/2020/01/032-035\\_fogo-australia\\_288-1.pdf](https://revistapesquisa.fapesp.br/wpcontent/uploads/2020/01/032-035_fogo-australia_288-1.pdf). Acesso em: 14 de junho de 2021

PREMIÊ eleito australiano quer virada na política climática. **DW**, maio de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/premiê-eleito-da-austrália-promete-virada-na-política-climática/a-61894006>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PUCHALA, D. J.; HOPKINS, R. F. 1982. International Regimes: Lessons from Inductive Analysis. **International Organization, Cambridge (MA)**, v. 36, n. 2, p. 245-275, Spring.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCr37Ymkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 de jun. de 2022.

QUEIROZ, Vanessa B. de; SOUZA, Carolina M. S. e; PINTO, Kleber C. R. A quebra das patentes para medicamentos antirretrovirais entre Brasil e EUA: uma análise à luz da Teoria dos Jogos de Dois Níveis. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 17, n. 34, p. 327 - 339, 2º sem. 2018

RANA, Waheeda. Theory of complex interdependence: A comparative analysis of realist and neoliberal thoughts. **International journal of business and social science**, v. 6, n. 2, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/22307292/Theory\\_of\\_Complex\\_Interdependence\\_A\\_Comparative\\_Analysis\\_of\\_Realist\\_and\\_Neoliberal\\_Thoughts](https://www.academia.edu/22307292/Theory_of_Complex_Interdependence_A_Comparative_Analysis_of_Realist_and_Neoliberal_Thoughts). Acesso em: 20 de set. de 2022.

RÉCHAUFFEMENT climatique: Des indigènes australiens attaquent le gouvernement pour son inaction. **20 Minutes avec AFP**, mai. 2019. Disponível em: <https://www.20minutes.fr/planete/2517103-20190513-rechauffement-climatique-indigenes-australiens-attaquent-gouvernement-inaction>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

REFERENDUM Council. **Referendum Council Final Report**. Australia, 2017. Disponível em:

[https://www.referendumcouncil.org.au/sites/default/files/report\\_attachments/Referendum\\_Council\\_Final\\_Report.pdf](https://www.referendumcouncil.org.au/sites/default/files/report_attachments/Referendum_Council_Final_Report.pdf). Acesso em: 17 jun. 2023.

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. 1. Ed. São Paulo: **Contexto**, 2001. p.182.

SANT'ANNA, F. M. Cooperação internacional e os recursos hídricos transfronteiriços: soberania e instituições internacionais. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 183-210, 2009. DOI:

10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74149. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74149>. Acesso em: 7 de out. de 2022.

SENADO FEDERAL. **Protocolo de Kyoto**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

STEFFEN, Will. Australia's Biodiversity and Climate change. **Csiro Publishing**, 2009.

Disponível em:

<https://ebooks.publish.csiro.au/content/australias-biodiversity-and-climate-change>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

STELLA, Osvaldo et al. Compilação dos principais resultados da COP-17. **IPAM**, 2011.

Disponível em:

[https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2011/08/resumo\\_dos\\_resultados\\_da\\_cop-17.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2011/08/resumo_dos_resultados_da_cop-17.pdf)  
Acesso em: 7 de maio de 2023.

TAYLOR, Lenore. ETS off the agenda until late next term. **SMH**, 2010. Disponível em:

<https://www.smh.com.au/politics/federal/ets-off-the-agenda-until-late-next-term-20100426-tnc.html>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

THE Australian Government's Initial Report under the Kyoto Protocol. **Australian Government**, 2008. Disponível em:

[https://unfccc.int/files/national\\_reports/initial\\_reports\\_under\\_the\\_kyoto\\_protocol/application/pdf/kyoto\\_target\\_web.pdf](https://unfccc.int/files/national_reports/initial_reports_under_the_kyoto_protocol/application/pdf/kyoto_target_web.pdf). Acesso em: 23 de agosto de 2023.

THE World Factbook, **CIA**. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

VINCE, Joanna; NURSEY-BRAY, Melissa. Australia's ocean commitments from Rio+ 20: moving forward or two steps back?. **Australian Political Studies Association (APSA) Conference**, 2013. Disponível em:

[https://figshare.utas.edu.au/articles/conference\\_contribution/Australia\\_s\\_ocean\\_commitments\\_from\\_Rio\\_20\\_moving\\_forward\\_or\\_two\\_steps\\_back\\_/23091536/1](https://figshare.utas.edu.au/articles/conference_contribution/Australia_s_ocean_commitments_from_Rio_20_moving_forward_or_two_steps_back_/23091536/1). Acesso em: 30 de maio de 2023.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías. Os limiares planetários, a Rio+20 e o papel do Brasil. **Cadernos Ebape.BR**, v. 10, nº 3, artigo 1, p. 471-491. Rio de Janeiro, Set. 2012.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/zgc38BzxyVtgM4Trbps57xC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

WALTZ, Kenneth N. Theory of international politics. **Waveland Press**, 2010.

WEBB, Romany. Bringing Climate Action ‘Down Under’: The Politics of Climate Change in Australia. **KBH Energy Center**, 2015. Disponível em: [https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/32481/2015\\_09\\_16\\_Climate\\_Action.pdf?sequence=2](https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/32481/2015_09_16_Climate_Action.pdf?sequence=2). Acesso em: 28 de maio de 2023.

WILLIAMS, J. et al. 2001. **Biodiversity, Australia State of the Environment Report 2001** (Theme Report), CSIRO Publishing on behalf of the Department of the Environment and Heritage, Canberra. Acesso em: 17 de abril de 2023.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). **Climate initiatives**, 2022. Disponível em: <https://www.worldwildlife.org/initiatives/climate>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 2015.